

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Política fiscal atravessa teste inicial, mas 2024 promete mais incertezas.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Elevação do rating do País coroa ano, mas há muito a fazer à frente" .....6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em pronunciamento de Natal, Lula lembra 8 de janeiro e pede união..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

"O Brasil possui indicadores externos dignos de grau de investimento"..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simple beneficia profissionais poderosos e é difícil governo atacar , diz economista Bráulio  
Borges  
..... 12

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Segunda etapa da reforma tributária mudará regras do Imposto de Renda; entenda.....18

TV RECORD - DF - DF NO AR  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Programa de incentivo à regularização de débitos bate recorde de adesões em 2023..... 22

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para investir em PGBL e ter desconto no IR termina na quinta..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

No combate às fraudes aduaneiras: luz no fim do túnel - OPINIÃO JURÍDICA..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo reforça o Orçamento..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp quer investir em fundos imobiliários.....27

PORTAL UOL  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto sindical, regulação de apps e outras polêmicas trabalhistas de 2023..... 28

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo usa convênios para atrair evangélicos..... 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

À nação, Lula fala em "governo de verdade" ..... 32

Terça-Feira, 26 de Dezembro de 2023

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Previdência explosiva é o "x" da questão - RAUL VELLOSO .....34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Emprego deve manter alta em 2024 .....36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mercado tem previsão otimista para 2024 .....38

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad e a quadratura do círculo (Editorial) .....39

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Centrão ganha orçamento paralelo de investimentos (Editorial) .....40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Com juros em queda, analistas esperam mais ganhos para o Ibovespa em 2024 .....42

# Política fiscal atravessa teste inicial, mas 2024 promete mais incertezas

**Lu Aiko Otta e Estevão Tair**

Principal ponto de atenção do mercado durante o ano, a política fiscal seguirá no radar como importante fator de incerteza em 2024. Sua condução foi marcada pela relação cooperativa, mas tensa entre Executivo e Congresso. Em alguns casos, como na decisão que permitiu o pagamento de precatórios via crédito extraordinário e fora das regras fiscais, dependeu do Judiciário. Muitos momentos demandaram o envolvimento do ministro Fernando Haddad (Fazenda) para que o plano, cujo alicerce é o aumento das receitas, conseguisse avançar. Tudo isso em meio a críticas de alas desenvolvimentistas do governo e do PT.

No ano que vem, o debate deve se dar em torno não só da meta de zerar o déficit público, mas também da sustentabilidade do novo arcabouço fiscal. O pano de fundo é justamente a pressão por mais gastos em período eleitoral e a resistência do governo em patrocinar reformas que visem à redução de despesas.

A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciou 2023 com expansão nas despesas de R\$ 145 bilhões, amparada pela chamada PEC da Transição. Logo no dia 12 de janeiro, o ministro da Fazenda lançou um pacote de ajustes que buscou reduzir as críticas do mercado de que o governo não tinha um plano para essa área, além de acabar com o teto de gastos.

Cobrava-se, pelo menos, as diretrizes do novo arcabouço fiscal.

No papel, as medidas seriam suficientes para zerar o déficit neste ano. Ao anunciar as propostas, no entanto, Haddad calibrou expectativas e explicou que esperava cortar pela metade o resultado negativo previsto para o ano, que pode ser de até R\$ 228,1 bilhões. Na sexta-feira (22), admitiu que esse objetivo não será atingido. As contas deverão fechar com déficit da ordem de R\$ 130 bilhões. É um dado melhor que as projeções oficiais, que apontam para resultado negativo de R\$ 177,4 bilhões (nas contas do Tesouro) ou R\$ 203,4 bilhões (nos cálculos do Banco Central).

A performance abaixo do esperado desse plano e de complementos lançados ao longo de 2023 colocam no horizonte o anúncio de mais medidas, refletindo o

esforço da área econômica de chegar ao equilíbrio fiscal no ano que vem.

Tanto que Haddad espera anunciar um conjunto de ações nesta terça-feira (26). Nos bastidores, há um repertório de propostas a ser utilizado conforme a necessidade.

Encarado com ceticismo pelo mercado, o objetivo de zerar o déficit em 2024, fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), seguirá sob bombardeio e é possível que essa meta seja revista em março.

Esse foi o calendário acordado entre Lula e Haddad, após o presidente afirmar que um pequeno déficit não seria problema.

Os sinais dúbios do presidente, que oscila entre o apoio à estratégia de Haddad e os apelos da ala política por mais gastos, deverão seguir no centro das atenções do mercado em 2024. Será um ano de eleições municipais.

Ao mesmo tempo, o arcabouço fiscal passará por duro teste de consistência. Na visão de especialistas ouvidos pelo Valor, a nova regra fiscal será incapaz de reduzir a dívida pública nos próximos anos e não sobreviverá se não forem revistas as regras de correção das despesas com saúde e educação.

E esse ponto preocupa até mais que a discussão sobre a meta.

O arcabouço permite que as despesas cresçam ao ritmo de 70% do aumento da arrecadação. Enquanto os gastos mínimos com saúde e educação evoluem a 100% da receita, e o salário mínimo cresce acima da da **inflação**. Na avaliação de Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), "há uma incompatibilidade intrínseca" entre o arcabouço e as regras para esses gastos obrigatórios.

"Ou essas regras mudam ou o arcabouço morre", diz. "Uma coisa não bate com a outra." O economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, também aponta para essa incompatibilidade.

"Se as regras para saúde e educação não forem alteradas, todas as demais despesas ficarão

deprimidas", comenta. Ele considera "inevitável" que essas regras voltem a ser discutidas no ano que vem, na época da elaboração da proposta orçamentária de 2025. Já com relação ao salário mínimo, promessa de campanha, uma revisão não ocorreria no atual mandato de Lula, avalia.

A economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Natalie Victal, chama atenção para o que considera uma incompatibilidade entre as demandas políticas e as regras do arcabouço fiscal. Giambiagi vai na mesma linha e acrescenta que o cenário do ano que vem deve intensificar essa tensão.

"Se com o arcabouço não valendo totalmente, os gastos voando e as despesas discricionárias fortes o PT já faz essa oposição à política econômica do Haddad, imagine em 2025 e 2026, com as eleições presidenciais se aproximando e os gastos discricionários caindo", diz Giambiagi, referindo-se à resolução aprovada pelo PT no início do mês, segundo a qual "o Brasil precisa se libertar urgentemente" do "austericídio fiscal".

Se a preocupação com o arcabouço levar a uma revisão de gastos, o cenário marcará uma tentativa de mudança na composição do ajuste fiscal. Até agora, a busca do equilíbrio orçamentário foi baseada majoritariamente em medidas que elevam as receitas e pouco foi feito pelo lado das despesas.

Nos bastidores, Haddad tem pontuado que o esforço do ajuste não foi dividido igualmente dentro da equipe econômica, sugerindo que outras pastas poderiam ter contribuído mais nesse sentido.

Em janeiro, foi anunciada uma revisão de contratos do governo federal que poderia render uma economia de R\$ 25 bilhões. O resultado ficou bem abaixo disso, informou fonte da área econômica.

O Valor questionou o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos sobre os resultados, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

Na sexta (22), a pasta anunciou que proporá novo reajuste para servidores, de 9%, em parcelas a serem pagas em 2025 e 2026. Em 2024, o auxílio-alimentação receberá aumento de 52%. No Ministério do Planejamento, um conjunto de políticas públicas foi avaliado para que eventuais contingenciamentos de gastos em 2024 sejam decididos sobre uma base sólida de informações. Neste ano, foram bloqueados R\$ 5 bilhões do Orçamento. A execução, porém, está abaixo do autorizado.

A estimativa dos técnicos é que haja R\$ 32 bilhões em recursos disponíveis que os ministérios não

conseguiram gastar - quantia que poderá diminuir o déficit primário previsto pelo governo.

Incomodado com a falta de sinais de ajuste pelo lado das despesas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem sinalizado com a possibilidade de impulsionar a reforma administrativa.

O projeto encaminhado na gestão de Jair Bolsonaro (PL) altera a Constituição para acabar com a estabilidade dos **servidores públicos**, mas o atual governo não concorda com essa proposta. Haddad começou o ano sob pressão. Lula não havia concordado com a volta da tributação federal sobre combustíveis, que era parte do plano de ajuste de curto prazo. Logo em seguida, Lula investiu contra o presidente do BC, Roberto Campos Neto. Defendeu a elevação da meta de **inflação**, sob a tese que isso ajudaria a cortar mais rapidamente os juros. Foi na direção oposta à defendida por Haddad, para quem o avanço do ajuste fiscal abriria o espaço para a redução do custo de financiamento.

Aos poucos, o ministro reverteu o início de ano ruim. A tributação dos combustíveis voltou em março.

A Câmara aprovou o arcabouço fiscal em maio e a **reforma tributária** em julho e dezembro; e votou também o projeto que devolve ao governo o voto de desempate nas disputas entre fisco e contribuinte no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Assim, Haddad terminou o primeiro semestre como grande vencedor.

Porém, na mesma época, o cenário externo deteriorou-se. Havia sinais de que os EUA manteriam juros elevados por mais tempo, o que poderia limitar a flexibilização da taxa também aqui no Brasil.

A guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas trouxe preocupação com possíveis impactos no preço do petróleo. Além disso, os questionamentos quanto a um ajuste fiscal factível aumentaram.

Por volta de setembro, Haddad confiava nos bastidores que não esperava enfrentar um segundo semestre com tantas dificuldades.

Havia, no seu time, um inconformismo com o fato de o BC ter reduzido a taxa Selic em apenas um ponto percentual até então, apesar do avanço da agenda legislativa.

Em outubro, Haddad enfrentou nova turbulência. Lula disse a jornalistas que dificilmente seria cumprida a meta de déficit zero. A declaração foi vista como um aceno à ala que queria gastar mais, mas o ministro relativiza: a afirmação, diz, foi feita depois de uma

conversa na qual ele informou ao presidente que as compensações tributárias estavam num ritmo acima do esperado pelo governo.

"O presidente fez aquela manifestação como se quisesse flexibilizar [a meta], mas estava diante de um fato novo", contou Haddad.

Naquela ocasião, o ministro pediu tempo para adotar medidas.

As receitas também não reagiram como o esperado pelo governo por ao menos dois fatores. Esperava-se obter R\$ 50 bilhões neste ano com a volta do voto de qualidade no **Carf**. No entanto, a medida só foi votada pelo Senado em setembro. A expectativa era obter essa receita neste ano, mas os recursos só deverão ingressar em 2024. No ano que vem, são esperados R\$ 97,8 bilhões.

Outras propostas renderam menos do que o esperado. Esperava-se, por exemplo, ingresso de R\$ 20 bilhões com o programa Litígio Zero, no qual os contribuintes regularizariam voluntariamente sua situação no fisco. Segundo dados preliminares, foram recolhidos cerca de R\$ 6 bilhões.

O governo ainda se deparou com reduções na receita que não estavam no radar. A principal delas, a perda estimada de R\$ 70 bilhões nas receitas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) neste ano, foi provocada pelo impacto de benefícios fiscais estaduais na base de cálculo desses **tributos** federais. O governo tenta frear esses efeitos com a medida provisória 1.185, conhecida como MP das Subvenções, aprovada na quarta-feira (20).

Outra surpresa negativa ficou com o crescimento de 13% nas compensações tributárias, que somaram R\$ 207,4 bilhões até outubro.

São descontos que os contribuintes fazem nos **tributos** a pagar, em razão de cobranças indevidas feitas pela Receita.

Esses dois últimos pontos, aliás, seguem no radar para 2024. No caso das compensações, estima-se que ainda haja estoque de R\$ 150 bilhões, considerado pela equipe econômica o principal fator de incerteza em 2024. Já a MP das Subvenções precisou ser desidratada nas negociações com o Congresso - o que também ocorreu com as modificações nas regras de dedução dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP). A regulamentação das apostas on-line, por sua vez, deverá render mais recursos que o esperado: R\$ 12 bilhões, ante cerca de R\$ 700 milhões na estimativa inicial.

A aprovação desta proposta só ocorreu na reta final do ano.

Nos cálculos da SulAmérica, o governo precisa de superávit entre 1,5% e 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para estabilizar a dívida.

Mas Victal, a economista-chefe, lembra que as metas de resultado primário estabelecidas pelo arcabouço "não chegam a isso nem no fim do mandato" de Lula. Ela calcula que a dívida bruta do governo geral subirá de 75% do **PIB** em 2023 para 84% do **PIB** no fim de 2026.

O que dá "mais algum tempo para arrumarmos a casa" é, segundo a economista, a melhora recente da conjuntura externa - reflexo principalmente das projeções de trajetória de juros menos pressionada nos EUA. Mesmo assim, ela calcula déficit primário de R\$ 90 bilhões (0,8% do **PIB**) para 2024, ante a meta oficial de zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do **PIB** para cima ou para baixo.

Victal ainda lembra que os R\$ 95 bilhões de precatórios a serem pagos, embora não entrem formalmente no cálculo de resultado primário, também elevarão a dívida pública neste ano ou no próximo.

Após conseguir aprovar as medidas para fortalecer o ajuste, Haddad avalia que há entre o governo e o mercado uma discussão quanto ao ritmo do ajuste. O superávit, diz, está contratado pelo arcabouço e virá. O debate é "quando". Todo o esforço do governo, explica, é antecipar o ajuste. Esta semana, com novas medidas sendo anunciadas, é exemplo dessa estratégia. Mas só o tempo dirá quem está certo.

"Se regras para saúde e educação não mudarem, demais despesas ficarão deprimidas" Alexandre Manoel

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231222/>

# "Elevação do rating do País coroa ano, mas há muito a fazer à frente"

**BEATRIZ BULLA**

ENTREVISTA: Silvio Campos Neto, Formado em Economia pela USP, mestre pela Fundação Getulio Vargas. É economista sênior e sócio da Tendências Consultoria

A elevação da nota de crédito do Brasil pela S P Global Ratings, na semana passada, "coroa" um ano em que a percepção de risco sobre a agenda econômica do governo Lula foi reduzida gradualmente, o crescimento econômico surpreendeu e a **reforma tributária** foi aprovada.

Porém, a lição de casa a ser feita adiante ainda é dura.

A avaliação é do economista e sócio da consultoria Tendências Silvio Campos Neto.

"Daqui para frente, há pontos que tornam difíceis os avanços da nota no curto e médio prazo.

A recuperação de grau de investimento até o fim dessa década é improvável", diz o economista, em entrevista ao Estadão. "É uma tarefa talvez por todo o restante dessa década, de preservar a questão fiscal e de avançar em reformas estruturais." A S P elevou o rating do Brasil de BB- para BB, e manteve a perspectiva em estável. Em junho deste ano, a S P Global já havia revisado a perspectiva da antiga nota de crédito BB-, de estável para positiva. A elevação, desta vez, foi motivada pela aprovação da **reforma tributária** - que marca um progresso na questão fiscal nacional, disse a agência de risco.

Agora, o País está dois degraus abaixo do grau de investimento, uma espécie de selo de bom pagador. A seguir, os principais trechos da entrevista: Qual a sua avaliação sobre a elevação, pela S P, da nota de crédito do País?

A decisão em si não surpreende, primeiro porque a própria S P já tinha dado esse sinal quando (em junho) deu "outlook" (perspectiva) positivo, e abriu essa margem de que a nota do Brasil estava desenquadrada.

Ao longo deste ano, a percepção de risco foi reduzida em relação à questão da agenda econômica do

governo.

O setor exportador de commodities garantiu um resultado positivo e, ao mesmo tempo, tivemos sinais importantes da agenda econômica. Primeiro, com o arcabouço fiscal e a diminuição da percepção de risco mais aguda do início do ano. E tivemos ao longo do ano a atuação importante de mecanismos de controle: o Congresso evitou revisões de reformas feitas nos últimos anos. E as próprias reações do mercado, quando surgiram situações preocupantes no cenário econômico, como quando o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) defendeu mudanças no teto de gastos, na meta de **inflação**: o mercado reagiu, e o governo respondeu. Essa decisão coroa um ano no qual as coisas conseguiram se manter equilibradas apesar de um ruído no início de governo.

A agência também mencionou a importância da **reforma tributária**...

Sim, a aprovação da **reforma tributária** e o crescimento econômico deste ano, que surpreendeu novamente para cima, foram os fatores que deram tranquilidade para a S P conceder esse upgrade. O crescimento econômico é o que dá a capacidade para o País honrar seus compromissos.

Olhando para frente, qual a perspectiva de novas elevações na nota de crédito do Brasil pelas agências de rating?

Daqui para frente, há pontos que tornam difíceis os avanços da nota no curto e médio prazo.

A recuperação de grau de investimento até o fim dessa década é improvável. Primeiro, pela questão fiscal. Vira e mexe, temos pressões por mais gastos, temos dúvidas sobre a capacidade do arcabouço de conseguir controlar esse ímpeto por novas despesas, incertezas sobre a capacidade de aumento de arrecadação para colocar o (déficit) primário na trajetória de queda.

Há um aumento contratado de dívida pelos próximos anos, fator que também limita novos upgrades. E tem a questão do crescimento. O Brasil ainda é um país que demonstra ritmo de crescimento potencial baixo.

Para obter avanços nas notas, é fundamental que se

consiga um ritmo maior, sem desequilíbrios, indicando ganho de **PIB** potencial.

É uma notícia positiva, mas que não necessariamente será repetida ao longo deste governo, é isso?

É positiva, mas, olhando para a frente, temos lição de casa muito dura e, por enquanto, sem qualquer tipo de expectativa de um, quanto mais de dois upgrades. É uma tarefa talvez por todo o restante desta década, de preservar a questão fiscal e avançar em reformas estruturais.

"Olhando para a frente, temos lição de casa muito dura e, por enquanto, sem qualquer tipo de expectativa de um, quanto mais de dois upgrades.

É uma tarefa talvez por todo o restante desta década, de preservar a questão fiscal e avançar em reformas estruturais"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Em pronunciamento de Natal, Lula lembra 8 de janeiro e pede união

**KAROLINI BANDEIRA E SÉRGIO ROXO política@oglobo.com.br BRASÍLIA - (Colaboraram Alice Cravo e Gabriel Sabóia)**

Em pronunciamento de Natal, o presidente Luiz Inácio Lula Silva lembrou os desafios provocados pelos atos golpistas de 8 de janeiro e pediu superação das desavenças políticas. A mensagem de cinco minutos do petista foi ao ar em cadeia nacional de televisão e rádio na noite do dia 24.

- O ódio de alguns contra a democracia deixou cicatrizes profundas e dividiu o país. Desuniu famílias. Colocou em risco a democracia.

Quebraram vidraças, invadiram e depredaram prédios públicos, destruíram obras de arte e objetos históricos. Felizmente, a tentativa de golpe causou efeito contrário. Uniu todas as instituições, mobilizou partidos políticos acima das ideologias, provocou a pronta reação da sociedade - afirmou.

Lula organiza para o próximo dia 8 um ato para lembrar um ano dos ataques ao Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Ele convidou os governadores, chefes dos outros Poderes e parlamentares.

## RECONCILIAÇÃO

Na véspera de Natal, o presidente trouxe, mais uma vez, o discurso de reconciliação nacional - uma das marcas do primeiro ano do terceiro mandato de Lula, sob o slogan "União e Reconstrução".

Ele também usou a fala para reforçar o combate às fake news, à desinformação e aos discursos de ódio.

- Fomos capazes de restaurar as vidraças em tempo recorde, mas falta restaurar a paz e a união entre amigos e familiares. Meu desejo neste fim de ano é que o Brasil abrace o Brasil - declarou.

- Que no ano que vem sigamos unidos, caminhando juntos rumo à construção de um país cada vez mais desenvolvido.

O governo iniciou em dezembro uma nova fase da comunicação para diminuir a resistência do eleitorado simpático ao ex-presidente Jair Bolsonaro. A partir de

pesquisas de opinião, o Planalto concluiu que o ambiente polarizado se manteve ao longo do ano e, recentemente, lançou a campanha "O Brasil é um só povo", que reforça uma mensagem de união.

Em outras peças, voltadas a públicos distintos, também usou referências sobre o assunto para enfatizar a intenção de "pacificar" o país.

Lula também fez um breve balanço das ações sociais e econômicas da gestão até aqui, como o programa Desenrola, que facilita a quitação de dívidas, e a retomada dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. A aprovação da **Reforma Tributária** no Congresso Nacional também foi lembrada.

Como mostrou O GLOBO ontem, o primeiro ano do terceiro mandato de Lula foi marcado pela reembalagem de iniciativas criadas em governos anteriores do PT e por promessas adiadas.

Por outro lado, o presidente obteve importantes conquistas na economia e o avanço de grande parte da agenda fiscal.

Outros pontos destacados pelo presidente em seu pronunciamento foram a redução do desmatamento na Amazônia e o posicionamento do Brasil na política internacional.

-Criamos todas as condições para termos uma colheita generosa em 2024. Vamos trabalhar fortemente para superar, mais uma vez, todas as expectativas - disse.

Este é o terceiro pronunciamento oficial de Lula em cadeia nacional neste mandato.

O primeiro ocorreu às vésperas do Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio, e o segundo em 6 de setembro, antes do Dia da Independência do Brasil.

## RECEPÇÃO A REPATRIADOS

Ontem, o presidente se reuniu com 21 brasileiros repatriados que haviam chegado de Gaza no último sábado.

Lula estava acompanhado pela primeira-dama, Janja da Silva, e pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

Em breve discurso durante o encontro, Lula defendeu a criação do Estado Palestino e a busca por um caminho para a paz, condenando a guerra entre Israel e o Hamas.

- Não é humanamente possível aceitar o que está acontecendo na Faixa de Gaza. Não é possível a morte de tantas mulheres e tantas crianças, a destruição de todo patrimônio que foi construído pelo povo palestino - disse o presidente.

Lula viaja hoje para a base naval da Restinga da Marambaia, no Rio, onde passará o réveillon. A previsão é que o presidente retorne a Brasília no dia 3.

"Felizmente, a tentativa de golpe causou efeito contrário. Uniu todas as instituições, mobilizou partidos políticos acima das ideologias, provocou a pronta reação d\_a sociedade" Presidente Lula, em pronunciamento na noite do dia 24

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# "O Brasil possui indicadores externos dignos de grau de investimento"

**CÁSSIA ALMEIDA**

ENTREVISTA: Fernando Honorato / ECONOMISTA-CHEFE DO BRADESCO

O Brasil voltou à normalidade, afirma o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato. Em entrevista ao GLOBO, ele se mostra mais otimista que o mercado financeiro sobre o desempenho da economia brasileira em 2024. Prevê alta de 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**), acima da média de 1,5% captada pelo Boletim Focus, levantamento de projeções do Banco Central com mais de cem instituições financeiras.

O economista acha possível a taxa básica de juros, a Selic (hoje em 11,75% ao ano), chegar "na casa dos 8%" no fim do ciclo de afrouxamento monetário, o que fará o país voltar a crescer algo entre 80% e 90% da expansão econômica global, como acontecia antes da recessão de 2014-2016. Nesse pacote, entram **inflação** e juros caindo, ambiente externo mais favorável, solidez das contas externas com o saldo comercial se aproximando de R\$ 100 bilhões.

Mas ele identifica como um vento contrário a questão fiscal. Com uma dívida pública maior que a média dos países emergentes, seria importante reduzir o déficit nas contas públicas o quanto antes, afirma.

AS P (agência de classificação de risco) elevou a nota de crédito do Brasil na semana passada. Quais os efeitos para a economia brasileira?

A elevação da nota já era aguardada. O Brasil possui indicadores externos dignos de investment grade (grau de investimento, o selo de bom pagador e de baixo risco que o país teve em 2008 e perdeu em 2015), o que limita estarmos lá são os indicadores fiscais e o baixo crescimento.

Mas as reformas dos últimos anos, a aprovação do arcabouço fiscal, a busca por elevação das receitas, a melhor performance da economia e a aprovação da **Reforma Tributária** justificavam o upgrade.

Na sua avaliação, como vai estar a economia brasileira no ano que vem?

Há fatores bem importantes: a **inflação** está caindo,

as taxas de juros vêm baixando, há desinflação global com um ambiente menos hostil para os (países) emergentes.

Além disso, há a solidez das contas externas com a ajuda das exportações de petróleo, a demanda doméstica que segue forte e o desemprego baixo ajudando a renda a se recompor.

Em 2024, ambiente global, demanda doméstica, contas externas e **inflação** vão empurrar para cima a economia, especialmente pela queda de juros, com efeito de aceleração do crédito.

Renda real cresce por conta da **inflação** baixa e aumenta a massa de renda disponível.

Estamos esperando a geração de 1 milhão de vagas formais.

Qual a sua previsão para crescimento do **PIB** em 2024?

Como a agropecuária vai crescer menos, o mundo, também. China e Estados Unidos estão desacelerando, por isso nossa previsão é de alta de 2% do **PIB**, acima do consenso de mercado.

Há o legado das reformas, como a da **Previdência Social** e a trabalhista, o marco do saneamento, a autonomia do Banco Central. O Brasil está voltando ao seu padrão normal. Antes de 2015, o Brasil crescia 90% do que crescia o mundo. No pré-pandemia, ainda digerindo as consequências da crise de 2015, foi se consolidando uma percepção de que o país só tinha capacidade de crescer 1%. Desde 2021, voltou a registrar crescimento de 80% a 90% da economia global. Como o mundo deve crescer 2,7%, 2% de alta do **PIB** cabem na projeção.

O crédito vai dar impulso, tem como quantificar?

A inadimplência subiu muito na pandemia, isso tirou renda disponível das famílias e fez com que os bancos freassem a concessão de crédito. A inadimplência já se estabilizou no total e está caindo na pessoa física. O ciclo está se revertendo, e a queda da Selic (taxa básica de juros que caiu de 12,25% ao ano para 11,75% no último dia 13) vai ajudar em 2024.

O investimento veio muito ruim no **PIB**, caindo há vários trimestres. Vai se recuperar?

Havia um conjunto de incertezas no ano passado sobre qual seria a política econômica adotada, e essa incerteza foi se dissipando. A Selic afetou bastante o investimento.

Estava caro investir.

Já é possível ver alguns sinais de melhora, ainda incipientes.

A queda do IGP-M melhora a rentabilidade, e tudo indica que haverá um movimento mais forte no ano que vem. Há o investimento dos estados, com muita coisa acontecendo por meio de parcerias público-privadas (PPPs). A construção civil deve ganhar tração no segundo semestre, quando a Selic chegar a um dígito, reforçando o crédito imobiliário e a construção civil residencial.

De modo geral, é muito improvável que o investimento não cresça no ano que vem.

O mercado de trabalho surpreendeu. Manteremos a ocupação em alta? De onde vem esse dinamismo? E ele vai continuar?

Os economistas não têm resposta para isso. É um fenômeno global não só brasileiro.

A taxa de desemprego caiu no Brasil, nos EUA, na Europa, na Ásia, mesmo com juro subindo. A pandemia destruiu muitas vagas, houve uma realocação que tem a ver com a reabertura dos serviços, com a volta do turismo, apesar da alta de juros no mundo. No Brasil, três coisas explicam esse fenômeno: a expansão de renda vinda de fora com o agro e o petróleo, que foi se espalhando do Centro-Oeste para o Sul do Brasil. As reformas ajudaram, principalmente a trabalhista.

Foi a recuperação mais rápida do emprego formal depois de uma crise.

Projeções se descolaram do resultado. O que aconteceu?

Por que se errou tanto?

As projeções erraram muito.

Houve uma diferença no acumulado nos últimos anos de 5 pontos percentuais do que se projetava antes para o **PIB** e o resultado. É muita coisa. Nossos modelos ficaram descalibrados. A principal história foi a ruptura na cadeia de suprimentos, uma coisa que

acontece a cada cem anos. Subestimamos o efeito das reformas. Passamos quase tudo, alguma hora esses efeitos iam aparecer. O Brasil também ficou mais pessimista, uma inércia de pessimismo. Entre 2014 e 2019, o **PIB** sofreu muito, o que gerou uma ideia de que não era possível crescer mais que 0,5% e 1%.

E a questão fiscal?

Para 2024, esperamos alta do gasto público de 3,5% acima da **inflação**, vai ter aumento do salário mínimo, volta dos pisos constitucionais de saúde e educação. A discussão de política fiscal passa pela percepção do país.

Seria desejável reduzir o déficit o quanto antes e ter superávit primário. O Brasil tem uma dívida pública alta para o padrão dos países emergentes. Qualquer iniciativa que vise a reduzir esse déficit é bem-vinda. Não estamos falando de situação fiscal crítica, de uma crise iminente, mas é um juro real de 5,5%, custa caro financiar essa dívida.

Qual a previsão do Bradesco para a Selic?

Deve chegar a 9,25% no fim do ciclo de queda, mas não descarto ficar na casa de 8%. O câmbio também deve cair para R\$ 4,80, com a moeda apreciando.

"Em 2024, ambiente global, demanda doméstica, contas externas e **inflação** vão empurrar para cima a economia, especialmente pela queda de juros, com efeito de aceleração do crédito"

"De modo geral, é muito improvável que o investimento não cresça no ano que vem"

"A inadimplência está caindo. O ciclo está se revertendo"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Simplex beneficia profissionais poderosos e é difícil governo atacar , diz economista

## Bráulio Borges

Após a histórica promulgação da **reforma tributária** sobre consumo , que vai simplificar **impostos** sobre bens e serviços comercializados no Brasil, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve enviar em até 90 dias ao Congresso uma proposta de ampla modificação da tributação da renda no país, que vai ter impacto direto no bolso dos brasileiros.

Para Bráulio Borges, economista-sênior da consultoria LCA e pesquisador-associado da FGV, o governo tentará, nessa segunda etapa da **reforma tributária**, elevar sua arrecadação, com aumento de **impostos**, sobretudo sobre brasileiros mais ricos.

Em entrevista à BBC News Brasil, ele nota que o rombo nas contas públicas continua como um grande desafio para o governo, com impactos negativos sobre custo do dólar, **inflação** e taxa de juros, afetando o desempenho da economia.

Por isso, acredita Borges, a gestão Lula vai tentar acelerar a revisão do Imposto de Renda (IR), buscando reforçar o caixa.

Essa segunda etapa da **reforma tributária** que envolve Imposto de Renda e desoneração da folha pode gerar algum aumento de carga tributária. E o governo precisa disso para cumprir as metas fiscais de 2025 e 2026 , avalia.

Borges ressalta que estão no radar do governo tanto medidas para cortar **impostos**, como aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para a classe média e desonerar a folha de pagamento das empresas, quanto aumentar **tributos**, como a volta da taxa de dividendos (parte do lucro das empresas distribuídos aos sócios).

Mas o saldo geral, avalia, tende a ser de aumento da arrecadação.

Apesar do esperado empenho por mais receitas, o economista não acredita que o governo tente mudar regimes de tributação especial, que garantem **impostos** reduzidos para empresas e profissionais liberais, como o Simples Nacional e o Lucro Presumido.

Borges engrossa a crítica a esses regimes, duramente questionados por economistas como Armínio Fraga, Samuel Pessoa e Sergio Gobetti.

Na visão deles, regimes especiais deveriam beneficiar apenas pequenos negócios, o que não seria o caso de parte das empresas atendidas, já que o limite de faturamento anual para estar no Simples, por exemplo, está em R\$ 4,8 milhões.

Para o pesquisador da FGV, esses regimes viraram um vespeiro difícil de mexer, devido à força de entidades de classe que representam profissionais liberais beneficiados pelos **impostos** menores, como advogados, médicos e economistas.

O Simples beneficia principalmente vários profissionais liberais que têm muito poder, que têm seus interesses representados por entidades de classe poderosas. Os próprios políticos, muito deles, são profissionais liberais , ressalta.

O prazo de 90 dias para envio das propostas de reforma do Imposto de Renda e de desoneração da folha de pagamentos ao Congresso está previsto na **reforma tributária** recém-aprovada no Congresso.

Essa reforma determina a substituição de cinco **tributos** (PIS, Cofins e IPI, de competência federal; e ICMS e ISS, de competências estadual e municipal, respectivamente) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) .

O IVA é um imposto que incide de forma não cumulativa, ou seja, somente sobre o que foi agregado em cada etapa da produção de um bem ou serviço, excluindo valores pagos em etapas anteriores. O modelo acaba com a incidência de **impostos** em cascata, um dos problemas históricos do sistema tributário brasileiro.

Com a reforma, a cobrança de **impostos** também deixará de ser feita na origem (local de produção) e passará a ser feita no destino (local de consumo), uma mudança que visa dar fim à chamada guerra fiscal - a disputa por cidades e Estados por meio da concessão

de benefícios tributários, com objetivo de atrair o investimento de empresas.

Essas mudanças vão simplificar o atual sistema e acabar com distorções tributárias, tendo forte impacto no crescimento, assinala Borges, citando estudos internacionais sobre IVA e projeções feitas para o caso brasileiro por ele e outros economistas.

Ele ressalta que o texto final aprovado pelo Congresso não é o ideal, por ter criado muitas exceções (produtos com alíquota reduzida que acabam elevando o IVA padrão) e adotar um prazo longo de transição. Ainda assim, diz, o novo modelo será muito melhor que o atual e deve impulsionar o **PIB** (Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços do país) em mais de 10% no longo prazo.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista, feita por telefone e editada por concisão e clareza.

BBC News Brasil - Qual sua avaliação sobre o resultado final da **reforma tributária** aprovada no Congresso?

Bráulio Borges - A reforma ideal seria realmente ter uma alíquota única, sem muitas exceções, com uma transição um pouco mais rápida. Mas a gente já sabia que o ideal seria muito difícil. Quase nenhum país do mundo tem um sistema de IVA com alíquota única. A maior parte tem três, quatro alíquotas, alguns até chegando a cinco ou seis, como a Índia.

Na prática, a gente acabou, no processo de negociação política, criando quatro tipos de alíquota (na reforma brasileira), porque, além da alíquota padrão, tem a alíquota zerada, tem a alíquota reduzida e tem uma alíquota específica para os profissionais liberais, com um desconto em relação à alíquota padrão.

E a transição vai acabar sendo um pouco mais longa, principalmente do ponto de vista de empresas e consumidores, que (a substituição dos **impostos**) começa em 2026 e acaba em 2033.

E isso foi necessário por várias razões. Primeiro, para dar uma certa previsibilidade para as empresas poderem se adaptar, principalmente empresas que já tinham feito seus planos de negócio considerando o sistema tributário atual.

E também porque em 2017 uma lei complementar federal regularizou todos os benefícios fiscais que os estados brasileiros haviam concedido até aquele momento, com validade até 2032.

Não à toa, decidiu-se por uma transição que só vai ter

o novo sistema pleno lá em 2033.

E porque uma transição longa não é boa? Porque, as empresas vão ter que conviver com dois sistemas diferentes durante esse período. Isso pode criar algum tipo de aumento temporário da complexidade.

Então, na prática, foi feito o possível.

Até parafraseando o que o ex-ministro Máílson da Nóbrega disse numa entrevista recentemente: o Brasil perdeu a oportunidade de ter o melhor IVA do mundo, mas, ainda assim, o que a gente aprovou, certamente, é um sistema muito, mas muito melhor do que o que a gente tem hoje.

BBC News Brasil - Segundo uma projeção sua de 2020, uma reforma para adoção do IVA nos moldes propostos inicialmente tinha potencial de elevar o **PIB** potencial brasileiro em 20% em 15 anos. Será preciso refazer as projeções? Qual sua avaliação o texto aprovado no Congresso?

Borges - Em vez de começar pelo meu estudo, que é muito específico pro Brasil, vale a pena olhar pra uma evidência geral. E, pra isso, tenho citado um trabalho de 2020 de um autor internacional (Bibek Adhikari) que avaliou 33 países que implementaram reformas tributárias como essa que o Brasil está adotando, ou seja, substituindo **tributos** cumulativos sobre o consumo por **tributos** não cumulativos.

Ele chegou à conclusão que essas reformas, em média, aumentaram o **PIB** dos países em 6% dez anos depois da reforma.

É um impacto importante.

Agora, o que chama a atenção nesse trabalho é a segmentação quando ele olha para países por nível de desenvolvimento, ou seja, com **PIB** per capita semelhantes. Em particular, quando ele analisa países de renda média similar à do Brasil, a conclusão é que o **PIB** ficou, em média, 33% maior dez anos depois da reforma.

São números expressivos, até maiores do que os 20% que estimei. E é interessante lembrar que esse estudo pegou casos do mundo real e, como eu já disse, praticamente nenhum país adotou o modelo ideal do IVA.

Todos esses países tiveram que fazer algumas concessões, com várias alíquotas, com prazo de transição e, mesmo assim, os impactos econômicos são expressivos.

Quereria começar citando essa evidência mais

abrangente e internacional, porque acho que ela ajuda a dar uma ideia do que esperar para o caso brasileiro.

E, no caso brasileiro, fiz um estudo em 2020 em que eu estimei em 20% o impacto no **PIB** (em 15 anos).

A partir do desenho final da PEC aprovada no Congresso, pretendo fazer uma atualização dessa estimativa, muito embora ainda vá depender também das leis complementares que vão ser discutidas no Congresso ano que vem (regulamentando pontos da reforma).

Por exemplo, vai ter uma pressão enorme de todos os setores para colocar seus produtos na cesta básica (e assim ter uma alíquota reduzida).

Se isso acontecer, vai desvirtuar o que é a cesta básica e vai ter que aumentar a alíquota padrão.

E, se você aumenta a alíquota padrão, você pode tirar um pouco da potência da reforma (para impulsionar o **PIB**).

Então, para poder atualizar esse meu número, também precisarei aguardar um pouco os detalhes dessas leis complementares.

Ainda assim, diria que o impacto tende a ser menor do que os 20%, justamente porque houve uma desidratação da reforma (até a aprovação final no Congresso), mas ainda diria que seria de dois dígitos, entre 10% e 15% de impacto.

BBC News Brasil - Esse impacto econômico ainda vai demorar, ou pode ter algum efeito mais imediato?

Borges - Talvez, por algum efeito de antecipação do futuro melhor, gerado pela reforma, as expectativas mais otimistas possam gerar mais investimento hoje, e aí podem gerar mais **PIB**.

Mas eu acho que esse efeito de antecipação tende a ser pequeno, justamente porque a gente ainda tem uma parte grande da reforma que depende das leis complementares, que só devem ser aprovadas no final do ano que vem.

Acho que a gente começa a colher mais os frutos disso realmente em 2025 em diante.

BBC News Brasil - Críticos dizem que a reforma vai aumentar carga tributária e criar o maior IVA do mundo (segundo projeções iniciais do governo, pode chegar a 27,5%, mas a alíquota ainda não está definida). Existe esse risco?

Borges - Muitos críticos da **reforma tributária** são do

tipo não li e não gostei .

Agora, deixando de lado essas críticas muito politizadas, tem sim críticas pertinentes, associadas, primeiro, a essa desidratação, que foi um pouco excessiva.

Considero injustificável a alíquota (menor) para profissional liberal.

Basicamente, você está beneficiando advogado rico, economista rico, e alguns outros profissionais liberais que têm faturamento anual de mais de R\$ 4,8 milhões, pois quem está no regime tributário Simples (empresas com limite de faturamento de R\$ 4,8 milhões) não é acessado pela reforma.

Isso foi pressão do (presidente do Senado, Rodrigo) Pacheco, pressionado pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Tem essa questão da alíquota (do IVA brasileiro ser alta). De fato, se a gente olhar para a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a alíquota média do IVA está em torno de 19%, 20%, e o país que tem a alíquota mais alta hoje, a Hungria, é de 27%.

O Brasil poderia ter uma alíquota de 22% com esse sistema, segundo contas que o próprio governo fez e que nós da LCA também fizemos para a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Só que esses 22% viraram (possivelmente) 27% de alíquota padrão porque a gente foi concedendo vários benefícios de tratamentos diferenciados.

O principal deles, que surgiu muito por pressão do agro e dos supermercados, foi a desoneração (zerar o IVA) da cesta básica. Custa caro, só a (desoneração da) cesta básica aumenta a alíquota em quase dois pontos percentuais.

E as pessoas não entendem que quando você desonera a cesta básica para todo o mundo, na prática, você está desonerando o arroz, o feijão, tanto para o rico quanto para o pobre.

Por isso que eu, Bernard Appy (secretário extraordinário da **Reforma Tributária**) e a maioria dos analistas, defendemos o modelo de cashback, de devolução do imposto pago sobre a cesta básica, em que a devolução ocorreria somente pra um determinado público, por exemplo, que recebe bolsa família, ou que tem uma renda de até um salário mínimo.

Se você realmente fizesse esse modelo de devolução

do cashback focalizado, na prática, você poderia ter uma alíquota padrão bem mais baixa, do que os 27%, 27,5% que estão estimando.

Com relação ao tamanho da carga, a carga agregada sobre o consumo não vai aumentar, isso (essa crítica) faz parte do lobby querendo evitar a aprovação da reforma.

Hoje, o Brasil arrecada 12,5% do **PIB** com esses cinco **tributos** que estão sendo substituídos pelo IVA e o imposto seletivo (tributo adicional que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros e bebidas alcoólicas).

A reforma foi desenhada para arrecadar esses mesmos 12,5% do **PIB** com os novos **impostos**.

BBC News Brasil - A reforma da tributação do consumo levou muito tempo amadurecendo. O governo deve encaminhar ao Congresso uma ampla reforma da tributação da renda, junto com a desoneração da folha de pagamento das empresas. Essa proposta está amadurecida? Como o senhor vê as chances de aprovação?

Borges - Acho que esse tema está menos amadurecido que a reforma do IVA. Tem já estudo feito, mas a discussão política está menos avançada.

Por outro lado, acho que o governo tende sim a acelerar um pouco a discussão ao longo de 2024, porque essa segunda etapa da **reforma tributária** que envolve Imposto de Renda e **desoneração** da folha pode gerar algum aumento de carga tributária.

E o governo precisa disso para cumprir as metas fiscais de 2025 e 2026.

BBC News Brasil - Mas o aumento de carga tributária tende a aumentar as resistências a essa segunda parte da reforma, não?

Borges - É por isso que acho que o governo vai ter que ceder e fazer algum tipo de discussão de reforma administrativa (para cortar despesas com funcionalismo), como o Arthur Lira (presidente da Câmara) tem sinalizado.

A verdade é que a reforma administrativa não traz economia fiscal no curto prazo, mas acho que é um simbolismo.

E também a história das emendas (recursos federais que os parlamentares destinam para investimentos em seus redutos eleitorais).

Não vamos ignorar que já existe pressão para

aumentar ainda mais o montante de emendas parlamentares que são impositivas (obrigatórias).

Então, acho que o jogo político para aprovação dessa reforma vai envolver, tanto a discussão da reforma administrativa, mas também de aumentar ainda mais o naco que o Congresso tem de poder dentro do Orçamento da União.

BBC News Brasil - O que o senhor espera dessa segunda etapa da **reforma tributária**?

Borges - Essa segunda etapa tem tanto medidas que vão gerar oneração, aumento de carga, como medidas que vão gerar desoneração. O ideal para o governo é que o saldo seja um ganho líquido de receitas.

E de onde virão as medidas que podem gerar algum tipo de oneração?

A principal delas é a história de taxar os dividendos (distribuídos pelas empresas aos acionistas), que hoje são uma renda isenta no Brasil. Uma alíquota de 15% ou 20% gera uma arrecadação expressiva, já tem estimativas falando de R\$ 50 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano.

Mas tem outras frentes de oneração também, por exemplo, (eliminar ou alterar) o Juros Sobre Capital Próprio, que é outro tipo de dividendos (que permite às empresas reduzir o pagamento de Imposto de Renda).

Tem também as deduções com gastos de saúde e educação do Imposto de Renda, que hoje beneficiam principalmente os mais ricos. O governo pode propor uma redução dessas deduções ou até a extinção.

Então, do lado das onerações você tem principalmente essas três medidas que citei.

E do lado da desoneração, o governo deve propor a desoneração horizontal da folha (de pagamento das empresas), que custa caro.

Só a desoneração dos 17 setores que o governo agora acabou de ter o veto derrubado pelo Congresso significa uma renúncia de quase R\$ 20 bilhões por ano.

E, ainda, nessa parte de desoneração existe um anseio do governo de aumentar ainda mais a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física e corrigir as faixas superiores que não são corrigidas pela **inflação** já há muitos anos.

Essas mudanças, vale lembrar, serão feitas para melhorar a progressividade (tributar mais os mais ricos) no nosso sistema e para melhorar a eficiência

também, porque a gente tem um Imposto de Renda de Pessoa Jurídica hoje no Brasil que é muito complexo.

Mas também (servirão) para aumentar a carga tributária.

Essa terceira motivação não estava presente na discussão da reforma do IVA e estará presente nesse segundo bloco de reforma.

BBC News Brasil - O Simples Nacional e o Lucro Presumido, sistemas especiais de desconto na tributação de empresas, são muito questionados por economistas. Espera alguma mudança, ou há muita resistência?

Borges - Acho que isso é um vespeiro que ninguém tem coragem de atacar.

Na verdade, existe pressão no Congresso para aumentar ainda mais o limite de faturamento do Simples (hoje de R\$ 4,8 milhões ao ano).

BBC News Brasil - Por que há esse vespeiro tão grande?

Borges - Porque o Simples beneficia principalmente vários profissionais liberais que têm muito poder, que têm seus interesses representados por entidades de classe poderosas.

Os próprios políticos, muito deles, são profissionais liberais.

É óbvio que, se você passa a tributar dividendo a 15% ou 20%, isso afeta o Lucro Presumido e o Simples também (pois as empresas desses sistemas costumam distribuir dividendos para seus sócios), mas a gente sabe que as mudanças necessárias no Simples e no Presumido vão muito além disso.

O Simples, por exemplo: R\$ 4,8 milhões de faturamento de corte é muito alto, numa ampla comparação internacional. Vários países tendem a adotar regime simplificados para pequenas e microempresas, mas, convenhamos, uma empresa que tem um faturamento anual de R\$ 4,8 milhões não é micro nem pequena.

Agora, realmente, é muito difícil o governo atacar isso.

BBC News Brasil - O governo conseguiu aprovar algumas medidas de aumento de arrecadação no Congresso. Isso é suficiente para cumprir a meta fiscal de zerar o rombo nas contas públicas em 2024, ou será um desafio?

Borges - O governo conseguiu aprovar quase todas as

medidas (de aumento da arrecadação) que ele tinha enviado para o Congresso em agosto.

A questão é que o Congresso desidratou algumas delas e existe também um ceticismo muito grande com relação aos números (de expectativa de arrecadação) que o governo apresentou para cada uma dessas medidas.

Então, isso não afasta a necessidade de um contingenciamento, o congelamento temporário de despesas, em fevereiro ou março.

Isso já está sensibilizando a ala mais política do governo, que não quer esse bloqueio de despesas em pleno ano de eleições municipais.

E aí a discussão virou mudar a meta fiscal para evitar o bloqueio, o que tem gerado muito ruído.

Lembro que as metas de resultado primário que foram estabelecidas no início desse ano não saíram do nada.

Chegar num superávit (dinheiro que sobra nas contas do governo, economia para pagar os juros da dívida) de 1% (do **PIB**) em 2026 tem uma lógica.

Hoje, o Brasil precisa de um superávit primário de pelo menos 1% do **PIB** por ano para que a dívida pública não suba como proporção do **PIB**.

Então, quanto mais tempo a gente ficar com um resultado primário negativo, distante 1% de superávit, a dívida vai continuar subindo, o que não é sustentável.

Uma coisa é a dívida subir quando parte de uma dívida baixinha, outra coisa é a dívida subir quando você já parte de um nível de dívida desconfortável, como é o caso atual Brasil (a dívida pública brasileira está em 75% do **PIB**, com tendência de alta).

Então, na prática, a discussão sobre reduzir a meta no ano que vem, antes mesmo do ano começar, para evitar esse bloqueio (de gastos), acaba alimentando um risco com relação à própria sustentabilidade fiscal.

E isso é contraproducente para a política monetária (definição da taxa básica de juros pelo Banco Central), porque o câmbio fica depreciado (e dólar mais caro pressiona a **inflação**).

É contraproducente também para a taxa de juro longo.

Hoje, o Brasil, para se financiar com títulos públicos (com vencimento) de 20 anos, 30 anos, o governo brasileiro está tendo que pagar um juro real de 5,5% ao ano.

É um absurdo de juro real isso. E isso tem impacto financeiro sobre as contas públicas, tem impacto sobre as empresas também, sobre crédito imobiliário (porque os juros pagos pelo governo servem de referência para os juros de mercado).

Vou te dar um exemplo concreto (do impacto da questão fiscal na economia).

Com base nos meus estudos, digo que hoje a nossa taxa de câmbio (o valor do dólar) poderia ficar perto de R\$ 4,70, e não nos R\$ 4,90 que está, se não tivesse surgido todo esse ruído envolvendo a meta fiscal desde outubro.

E, se o câmbio tivesse a R\$ 4,70, a **inflação** estaria ainda mais baixa, o Banco Central poderia sinalizar que iria cortar (a taxa básica de juros, Selic) mais rápido do que está sinalizando, e a gente teria aí um todo um ciclo virtuoso (na economia).

BBC News Brasil - Esse ano o **PIB** surpreendeu positivamente os economistas. Qual sua expectativa para 2024?

Borges - Não estou muito otimista com crescimento do **PIB** brasileiro no ano que vem.

Estou achando que vai ser um crescimento mais na faixa de 1% a 1,5%, por vários fatores.

Primeiro, vamos lembrar que o mundo vai crescer menos no ano que vem do que nesse ano, principalmente a China, que é o principal parceiro comercial brasileiro.

O **PIB** chinês vai crescer (segundo projeções) um ponto percentual menos do que neste ano.

Segundo, vamos lembrar que a Argentina, que é o principal comprador de produtos manufaturados brasileiros, vai ter um tratamento de choque, um freio brusco no consumo, com esse pacote (de medidas econômicas) do Javier Milei (presidente recém-empossado).

Então, o cenário internacional é bem pior.

E quando a gente vem para dentro do Brasil, vamos lembrar que o **PIB** agropecuário esse ano cresceu 18% e o ano que vem vai cair 2%, pelas projeções de safra de grãos do IBGE e da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Então, é muito difícil imaginar que o Brasil vai repetir o crescimento de 3% que a gente teve em 2022 e também em 2023.

#### Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Simple beneficia profissionais poderosos e é difícil governo atacar , diz economista Bráulio Borges

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/12/6775451-simples-beneficia-profissionais-poderosos-e-e-dificil-governo-atacar-diz-economista-braulio-borges.html>

# Segunda etapa da reforma tributária mudará regras do Imposto de Renda; entenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Após a aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo em 2023, o Congresso Nacional prepara-se para debater mudanças no Imposto de Renda em 2024.

A proposta da área econômica ainda não foi divulgada, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destaca a necessidade de cautela e bom senso na abordagem dessa reforma.

A reforma do Imposto de Renda é uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, isso tornará mais justa a cobrança de **impostos** no país, taxando mais quem ganha mais.

Dentre os temas debatidos para a reforma do Imposto de Renda estão a taxação da distribuição de lucros e dividendos, alíquotas maiores para quem ganha mais e revisão do IR das empresas.

A taxação de lucros e dividendos, que era isenta desde 1996, pode ser retomada.

Após a aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo neste ano, o Congresso Nacional prepara para se debruçar, em 2024, sobre mudanças no Imposto de Renda.

Isso porque a PEC da **reforma tributária** já aprovada traz um prazo de 90 dias para que as propostas de mudanças na taxação sobre a renda sejam enviadas ao Congresso Nacional.

Segundo especialistas, essa será uma oportunidade corrigir distorções e promover mais justiça no sistema de **impostos** brasileiro.

A aprovação da alteração constitucional do sistema tributário sobre o consumo pelo Congresso Nacional é um avanço para a modernização dos **impostos** e abre os caminhos para a reforma sobre a renda no Brasil, que é fundamental para combater a injustiça fiscal neste país em que os indivíduos de menor renda são sobrecarregados com **impostos**, enquanto os mais ricos contribuem proporcionalmente menos em **tributos**, avaliou a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Em 6,9% do **PIB** em 2020, a carga tributária sobre a renda no Brasil ficou bem abaixo da média da OCDE (10,6% do **PIB**) e de países mais desenvolvidos, como Canadá (16,7% do **PIB**) e França (11,9% do **PIB**).

Atualmente, o maior peso dos **impostos** se concentra sobre o consumo no Brasil, o que penaliza os mais pobres. Isso é algo que a **reforma tributária** não alterou.

O Imposto de Renda foi instituído oficialmente pela lei 4.625, em 31 de dezembro de 1922, denominado inicialmente de Imposto Geral sobre a Renda. O início da cobrança, porém, aconteceu somente em 1924 - tempo que o governo usou para se organizar.

A reforma do IR é uma das diretrizes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem declarado que vai colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda. A área econômica do governo Lula ainda não divulgou, entretanto, sua proposta para a reforma do Imposto de Renda.

A reforma do Imposto de Renda vai exigir muita explicação, muita cautela, muita tranquilidade, muito bom senso. Não se resolve de forma irrefletida, declarou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante café da manhã com jornalistas no fim de dezembro.

Entre os temas debatidos nos últimos anos, e que podem ser objeto de mudança, estão:

Taxação da distribuição de lucros e dividendos das empresas para as pessoas físicas; Alíquotas maiores do IR para quem ganha mais; IR das empresas; A chamada pejetização; Limite de isenção para pessoas físicas; Abatimentos para saúde, educação e idosos.

Parte da discussão já foi antecipada, por meio da taxação de offshores (investimentos no exterior) e dos fundos exclusivos (fundos de investimento personalizados para pessoas de alta renda).

O governo também aprovou mudanças nas regras dos juros sobre capital próprio, uma forma de distribuição dos lucros de uma empresa de capital aberto (que tem ações na bolsa) aos seus acionistas.

Ao contrário da **reforma tributária** sobre o consumo,

no caso da renda não é necessário o envio de uma Proposta de Emenda Constitucional. Projetos de lei são suficientes. Com isso, a necessidade de votos será menor para sua aprovação.

#### Taxação de lucros e dividendos

Os lucros das empresas já são taxados no Brasil, mas a sua distribuição para as pessoas físicas, desde 1996, é livre de tributação - algo que não acontece na maioria dos países.

A taxação por meio do Imposto de Renda aconteceria quando a empresa distribuir os lucros e dividendos para as pessoas físicas, ou seja, para seus sócios, acionistas, controladores e investidores.

Empresários, porém, reclamam que essa taxação aumentaria a carga tributária das firmas.

O Brasil é um dos poucos países, atualmente, que não taxam a distribuição de lucros e dividendos para pessoas físicas - a taxação chegou a vigorar, mas foi extinta em 1995.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indica que outras quatro nações também não tributavam esses rendimentos: Estônia, Letônia, Eslováquia e Romênia.

No governo do presidente Jair Bolsonaro, a Câmara dos Deputados chegou a aprovar o retorno da taxação da distribuição de lucros e dividendos a pessoas físicas. Entretanto, o texto não foi levado adiante no Senado Federal.

A proposta inicial do então ministro Paulo Guedes, da Economia, era uma alíquota de 20% para a taxação de lucros e dividendos. Mas durante as negociações, o percentual caiu para 15%.

E empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, entretanto, continuariam isentas (limitando muito o escopo da medida). Mesmo assim, Guedes estimou, no ano passado, que a medida poderia render cerca de R\$ 70 bilhões por ano aos cofres públicos.

O atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, busca reduzir benefícios para as empresas como forma de recompor a arrecadação e, com isso, atingir a meta de zerar o déficit fiscal. Ele já indicou que pretende retomar a taxação de lucros e dividendos. Mas sua proposta ainda não foi divulgada.

#### Pejotização

Outro fator que contribui para o pagamento de menos

**impostos** é a chamada pejotização, ou seja, a contratação de empresas para cargos que têm características de pessoas físicas, como habitualidade, salário e sob ordens dos chefes.

Quem trabalha dentro do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tem carteira assinada, com direito a férias remuneradas, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros benefícios trabalhistas. No entanto, há empresas que optam por contratar profissionais que são pessoas jurídicas, com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Já os profissionais contratados como PJ têm uma empresa aberta em seu nome e se tornam prestadores de serviços para a empresa contratante, emitindo notas fiscais. Eles não têm nenhum direito trabalhista previsto na CLT, porque não se trata de uma relação de emprego.

Dentro dessa modalidade de profissionais com CNPJ entram por exemplo os microempreendedores individuais (MEIs) e os microempresários (MEs). A diferença entre os dois tipos está no faturamento anual, nas atividades e número de funcionários permitidos e no regime de tributação.

A reforma do IR só vai trazer progressividade [mais **impostos** para aqueles com maior renda] se ela acabar com o privilégio que existe com relação às pequenas e médias empresas, seja decorrentes de pejotização, seja não. Nas duas situações, tem uma subtributação da renda. A tributação do lucro não tributado de pequenas e médias empresas, que uma forma de atacar é a tributação do dividendo, mas não é a única, ela sim traria uma maior progressividade ao sistema tributário, avaliou Vanessa Rahal Canado, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper.

#### Alíquota maior do IR para pessoas físicas

Outra forma de taxar as pessoas físicas com salários maiores, e promover uma maior progressividade na tributação, seria estabelecer uma alíquota maior para a faixa mais elevada de renda - algo que chegou a ser cogitado pela equipe econômica de Paulo Guedes, em 2020.

No Brasil, a alíquota mínima do Imposto de Renda é de 7,5% e a máxima, que vigora desde 1999, de 27,5% (para valores acima de R\$ 4.664,68 por mês). Essa alíquota já foi mais alta no passado, chegando a 65% entre 1963 e 1965.

Em outros países, tendo por base o ano de 2019, as alíquotas mais altas (para faixas maiores de renda)

são as seguintes:

Alemanha - 47,5% (quanto mais alta for a renda, maior será a alíquota de imposto); China - 45%; Suécia - 61,85%; Estados Unidos - alíquotas vão de 10% a 37%, e as faixas variam de acordo com a condição do declarante: solteiro, casados que declaram separadamente ou chefe de família.

#### IR das empresas

Atualmente, a alíquota do IRPJ cobrado das empresas está em 15%, e também existe um adicional adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês (empresas de maior porte). Junto com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a tributação sobre as maiores empresas é de cerca de 34% no Brasil.

Segundo dados da Tax Foundation, organização sem fins lucrativos que atua há mais de 80 anos fazendo avaliações sobre **impostos** e coletando dados sobre **tributos** ao redor do mundo, o IRPJ médio dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 38 nações mais desenvolvidas, foi de 23,6% em 2021.

A equipe econômica do ministro Fernando Haddad já antecipou que vai propor uma redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), juntamente com a desoneração da folha de pagamento das empresas.

O padrão [internacional] é uma referência. Não quer dizer que é necessariamente igual ao padrão mundial, mas certamente é uma referência. Não está decidido, declarou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Economia, Bernard Appy, ao g1 e à TV Globo em agosto.

No governo do presidente Jair Bolsonaro, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, almejava reduzir o IRPJ para um patamar máximo de 25% no Brasil.

#### Limite de isenção da tabela do IR

Durante a campanha eleitoral do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

Em novembro do ano passado, o então coordenador do PT pelo orçamento de 2023, o senador Wellington Dias (PT), hoje ministro do Desenvolvimento Social, afirmou que o tema seria tratado ao longo do mandato de Lula, que vai até 2026.

Em maio deste ano, o governo publicou uma medida provisória que eleva isenção do IR para R\$ 2.640.

Além de aumentar a faixa de isenção para R\$ 2.112, a medida também implementa um desconto mensal de R\$ 528 na fonte. Somados, os dois montantes atingem os R\$ 2.640 da faixa de isenção prometida pelo governo - valor referente a dois salários mínimos.

Antes disso, a última correção da tabela havia sido realizada em 2015.

Em 2020, o Tesouro Nacional avaliou que o aumento da faixa de isenção do IR pode se tornar uma medida regressiva e agravar a distribuição de renda no Brasil.

Na avaliação do órgão, tendo por base dados de 2018, os principais beneficiários do aumento da faixa de isenção seriam os que ganham mais de R\$ 1.951 por mês - 20% da população naquele momento.

#### Deduções no IR para saúde, educação e idosos

Em 2020, o antigo Ministério da Economia concluiu que as deduções no IR para educação favorecem a camada mais rica da população e sugeriu rever o benefício, mas isso não foi levado adiante. O custo estimado desse benefício é de R\$ 5,3 bilhões em 2024.

Pelas regras atuais, as deduções de despesas com educação no Imposto de Renda são limitadas a R\$ 3.561,50 por dependente. Podem ser abatidas, na declaração completa, despesas com ensino infantil, fundamental, médio, técnico e superior. Também há deduções por dependentes e despesas médicas.

Em 2022, a área econômica do governo anterior também fez uma análise sobre as deduções das despesas médicas no Imposto de Renda, e também sugeriu rever a medida (o que não aconteceu). O custo estimado desse benefício para 2024 é de R\$ 27,9 bilhões.

Pelas regras, podem ser deduzidas, sem limite, consultas médicas de qualquer especialidade; exames laboratoriais e radiológicos; despesas hospitalares, incluindo internação em UTI; despesas com parto; cirurgias plásticas que foram realizadas com o objetivo de prevenir, manter ou recuperar a saúde física ou mental do paciente; e planos de seguro saúde, incluindo os planos com coparticipação do empregado.

De acordo com a avaliação da área econômica, apenas 0,8% das deduções de despesas médicas estavam direcionadas aos 50% mais pobres da população, enquanto 88% do benefício concentra-se na parcela (20%) correspondente às famílias de maiores rendas, e 16,4% (1%) de maior rendimento.

Também em 2022, a equipe econômica chefiada por

Guedes recomendou reavaliar o benefício do IR para idosos. A avaliação do Ministério da Economia apontava que esse benefício é destinado a três milhões de pessoas situadas, na grande maioria, entre os 10% mais ricos do país. O custo estimado desse benefício é de R\$ 15,6 bilhões em 2024.

Para quem tem 65 anos ou mais, a Receita oferece dedução de R\$ 1.903,98 por mês sobre o rendimento tributável a partir do mês em que o contribuinte completa essa idade. Com o benefício, o aposentado ou pensionista tem uma dupla isenção, havendo incidência de imposto somente sobre o que ultrapassar R\$ 3.807,97 mensais (R\$ 49.503,48 anuais).

#### Benefícios fiscais do Imposto de Renda

Para 2024, a **Receita Federal** calculou que os benefícios fiscais ligados ao Imposto de Renda somarão cerca de R\$ 218 bilhões. A suspensão de benefícios, ou de parte deles, representaria ingresso de recursos nos cofres públicos.

Além de deduções para saúde, educação e idosos, entre os setores beneficiados com maior representatividade em termos de recursos estão:

Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente (IRPF): R\$ 23,2 bilhões em 2024  
Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho (IRPF): R\$ 9,7 bilhões ano que vem  
Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez (IRPF): 2,7 bilhões em 2024  
Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados (IRPJ): 9,6 bilhões  
Simples Nacional (IRPJ): R\$ 28,5 bilhões de renúncia  
SUDAM (IRPJ): R\$ 15,4 bilhões ano que vem  
SUDENE (IRPJ): R\$ 23,6 bilhões em 2024  
Entidades sem fins lucrativos (IRPJ): R\$ 8,6 bilhões  
Informática e Automação (IRPJ): R\$ 6,8 bilhões  
Inovação Tecnológica (IRPJ): R\$ 5 bilhões  
Poupança (IRRF): R\$ 12,2 bilhões  
Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio (IRRF): 6,5 bilhões

#### Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/26/segunda-etapa-da-reforma-tributaria-mudara-regras-do-imposto-de-renda-entenda.ghtml>

# Programa de incentivo à regularização de débitos bate recorde de adesões em 2023

**Multimídia:**

**<http://midia.smi.srv.br/video/2023/12/26/TVRECORDDF-07.37.52-07.44.05-1703587912.mp4>**

# Prazo para investir em PGBL e ter desconto no IR termina na quinta

**INVESTIMENTOS** O prazo para aplicar em planos de previdência privada com a garantia de desconto de até 12% na base tributável do Imposto de Renda (IR) 2024 termina na próxima quinta-feira (28). O benefício fiscal é válido para trabalhadores que contribuem com a previdência pública - seja com carteira assinada ou de forma autônoma; aplicam pelo modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre); e fazem a declaração de IR pelo modelo completo.

A dedução é feita sobre a base de renda tributável pela **Receita Federal**. Na prática, portanto, o valor investido em um plano PGBL pode ser descontado da base de cálculo de cobrança do Imposto de Renda - com valor limite de 12% do total da renda tributável ao longo de 2023. Previdência privada nada mais é do que a escolha de poupar no presente para consumir no futuro, explica Amâncio Paladino, diretor de Produtos da XP Vida e

Previdência. "O ato de deixar de ter uma renda atual se manifesta no seu Imposto de Renda. Se você deixa de ter uma renda atual, a base onde vai incidir o imposto diminui", diz o especialista.

Esse ganho no IR, em contrapartida, é momentâneo. Paladino destaca que, embora haja desconto na declaração referente ao ano em que o aporte foi feito, o investidor terá de pagar o imposto no momento em que for resgatar os recursos investidos. No resgate, então, os **tributos** são cobrados sobre o valor aportado mais os rendimentos.

O PGBL não é a única opção para quem quer investir em previdência privada. Entre os planos mais tradicionais, também há o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre). É um modelo bastante parecido com o PGBL, mas com uma diferença principal: na hora de declarar o IR, não é possível deduzir os aportes feitos nesse investimento.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# No combate às fraudes aduaneiras: luz no fim do túnel - OPINIÃO JURÍDICA

**Márcio Costa de Menezes e Gonçalves é advogado especializado em Tecnologia, Propriedade Intelectual e Direito Digital, fundador do MG Advogados, presidente do Instituto do Capital Intelectual - ICI, diretor jurídico da Associação Brasileira de Licenciamento - ABRAL e diretor de defesa comercial da ABIMETAL/SICETEL.**

Em julho de 2023, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria Secex nº 249/2023, que dispõe sobre o licenciamento, nos processos de importações e também das emissões de provas de origem, através da qual, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDCI), com algumas importantes mudanças, disciplinou o regime de LI's (Licenças de Importação). Com isso, o ministério tratou, de forma detalhada, os mecanismos agora disponíveis, para um aumento no rigor da fiscalização contra importações fraudulentas, o que traz para o setor legal um sopro de otimismo; uma luz no fim do túnel.

A portaria, em sua Seção VIII, trata especificamente do combate à fraude, em seu artigo 43, trazendo toda a justificativa para que o Decex (Departamento de Operações de Comércio Exterior), mediante denúncia apresentada pelos setores produtivos da sociedade, ou mesmo de ofício, sujeite a licenciamento não automático importações determinadas, ou todas as importações a serem realizadas por um determinado importador, suspeito de cometer infrações aduaneiras.

O que isso significa? Muito!

Antes, para se exigir o licenciamento não automático de produtos, o foco do MDIC era a NCM de determinado produto. Pela nova portaria publicada, este foco também passa a ser o importador (CNPJ) específico, desde que haja indícios e comprovações de que ele cometa algum tipo de fraude **aduaneira**, o que representa uma importante alteração.

Com os mecanismos trazidos pela portaria, o setor legal, que há tempos vem tentando se proteger contra a concorrência desleal praticada por importadores fraudulentos, poderá assumir uma postura mais proativa, levando, também ao Decex, as suas denúncias de importações suspeitas de fraudes, sendo este mais um canal para que possa ver atendidos os seus pleitos.

O Estado, através de seus órgãos de fiscalização, em especial a **Receita Federal do Brasil**, parece não ter mais forças suficientes para responder à altura a estas práticas desleais nas importações de produtos; fato é que o seu contingente de agentes de fiscalização aduaneiros, vem diminuindo ano após ano, estando bem aquém do necessário para o monitoramento das nossas fronteiras, ou mesmo do nosso mercado interno. É necessário que o Estado priorize um reforço no contingente de agentes públicos que trabalham nas nossas zonas de fronteiras, que, como sabemos, são de extensão continentais.

Também, dias atrás, foi publicada a Portaria Conjunta **RFB/Secex (MDIC)**, nº 17, de 12 de setembro de 2023, que no âmbito do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), composto pela **Receita Federal** e pelo MDIC, passará a divulgar, semestralmente, os resultados obtidos pelo mencionado grupo nas ações de combate às fraudes aduaneiras, trazendo, assim, pelo disposto na Portaria Conjunta, uma maior transparência sobre as operações de fiscalização realizadas, o que nos soa como um outro importante avanço.

Verdade é que nos últimos tempos os setores legais da economia, que agem de acordo com as leis e com as boas regras de mercado, vêm sendo bastante afetados por concorrentes desleais, que colocam em nosso país produtos sem o correto recolhimento de **impostos**, que não atendem às normas e regulamentos técnicos e que, além de lesarem a concorrência e o Fisco, oferecem riscos à saúde e segurança dos consumidores.

Para piorar este cenário, é sempre bom lembrar que desde dezembro de 2021, com a inesperada retirada do ar do sistema SISCORI, da **Receita Federal**, que trazia importantes informações acerca do comércio exterior brasileiro, houve um enorme retrocesso na disponibilização de informações públicas para que a sociedade civil organizada pudesse levar denúncias aos órgãos públicos, para, exatamente fazer valer o que prevê, por exemplo, o artigo 43 da recém portaria, aqui tratada.

Como formalizar denúncias ao Decex ou mesmo à **Receita Federal**, sem que se tenha disponível uma fonte oficial e transparente de informações? Essa pergunta não quer calar. Não seria um momento

oportuno para que o MDIC, em defesa da indústria e do comércio legais, assumisse um papel de protagonismo na divulgação das informações relevantes relacionadas ao comércio exterior brasileiro?

Acreditamos que sim! Isso possibilitaria que o setor produtivo legal, já tão atacado pela concorrência desleal, patrocinada por importadores fraudulentos, pudesse levar denúncias bem fundamentadas, para os órgãos públicos envolvidos na fiscalização e no controle dos produtos que chegam ao nosso país, aliás, exatamente como ocorria antes da abrupta retirada do ar, do saudosíssimo sistema SISCORI.

Já passou da hora de o MDIC disponibilizar em suas plataformas informações abertas e transparentes acerca de todas as importações que ingressam em nosso país, mês a mês, o que significaria uma eficiente ferramenta de defesa e proteção da indústria e do comércio brasileiro; logicamente resguardadas todas as questões tidas como protegidas pelo sigilo fiscal.

Márcio Costa de Menezes e Gonçalves é advogado especializado em Tecnologia, Propriedade Intelectual e Direito Digital, fundador do MG Advogados, presidente do Instituto do Capital Intelectual - ICI, diretor jurídico da Associação Brasileira de Licenciamento - ABRAL e diretor de defesa comercial da ABIMETAL/SICETEL.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187748>

# Governo reforça o Orçamento

**Aline Brito**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve anunciar, hoje, um pacote de medidas para compensar a perda de mais de R\$ 20 bilhões em arrecadação, em 2024, causada pela prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Além disso, deve ser apresentada uma alternativa para evitar a judicialização do benefício.

"São medidas compensatórias.

Não se trata, em nenhum momento, de criar imposto ou aumentar alíquota. Vamos apenas seguir a Constituição, que estabelece determinadas obrigações", assegurou Haddad. O pacote não vai envolver, segundo o ministro, mudanças no Imposto de Renda e no tributo que incide sobre combustíveis, a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).

A prorrogação da desoneração da folha até 2027 foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial e gerou uma despesa que pode chegar a R\$ 25 bilhões, já que esse gasto não estava previsto no Orçamento de 2024. Na visão da equipe econômica do governo, a lei acatada pelo Parlamento é inconstitucional, o que poderia acarretar um questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para evitar ação judicial, Haddad deve propor uma reoneração gradual da folha de pagamento.

Segundo o ministro, essa medida valerá apenas para os 17 setores produtivos beneficiados pela prorrogação. A parte que envolve a redução da contribuição para a **Previdência Social** de municípios de menor porte, de 20% para 8% da folha, será discutida em outra ocasião pelo Congresso.

"Em relação aos municípios, a lei é claramente inconstitucional.

Esse tema não está sendo tratado. Vamos abrir uma discussão para definir os municípios que estão com problema e traçar o perfil deles", explicou. Caso os estudos e as negociações terminem sem acordo, o governo vai recorrer ao Supremo.

Além das medidas previstas para hoje, Haddad afirmou que compensação para a manutenção parcial

dos juros sobre capital próprio (JCP) sairá em janeiro. Essa ação deverá ser administrativa, e, assim, não vai passar pela análise do Congresso.

Os JCP são uma das formas que as empresas têm para distribuir lucro entre os acionistas.

Por meio dele, elas abatem do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) parte dos lucros distribuídos.

No fim de agosto, o governo enviou ao Congresso uma medida provisória propondo a extinção do mecanismo, sob o argumento de que grandes empresas têm usado os JCP como brecha para pagar menos **tributos**. Originalmente, o governo esperava arrecadar R\$ 10,5 bilhões no próximo ano. Com a solução intermediária incluída pelo Congresso, que restringe abusos na utilização do mecanismo pelas empresas, as receitas devem cair.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/26/all.pdf>

# Funpresp quer investir em fundos imobiliários

**Edna Simão De Brasília**

A Fundação de **Previdência Complementar** do Serviço Público (Funpresp) pretende investir em 2024 em fundos imobiliários e estender a concessão do crédito consignado, hoje oferecida apenas a participantes do Executivo, para os servidores do Legislativo, Tribunal de Contas da União (TCU) e Banco Central (BC).

Essas são algumas apostas do novo diretor-presidente da Funpresp, Cícero Dias, para melhorar a rentabilidade do fundo e fortalecer o relacionamento com participantes com a oferta de novos produtos associados aos planos de **previdência complementar**.

Dias assumiu o cargo em 30 de novembro, mas está no fundo desde sua fundação, há dez anos.

Antes, era diretor de seguridade.

Inicialmente, a Funpresp pretendia investir em fundos imobiliários e estender o crédito consignado em 2023. Porém, diante do cenário econômico incerto e mais volátil, prevaleceu a cautela.

Com a tendência de queda dos juros e um cenário de desaceleração da economia em 2024, mas sem recessão, a ideia é começar o ano já ofertando empréstimo com desconto em folha a servidores de outros Poderes e seguir diversificando a carteira, iniciando os investimentos em fundos imobiliários no segundo trimestre.

Em novembro, quase 80% da carteira da Funpresp estava alocada em títulos públicos federais. O fundo ainda tem 6,78% em ações; 6,84% em crédito privado; 2,40% em operações compromissadas; 1,58% em renda variável no exterior; 0,63% em renda fixa no exterior e 0,72% em ouro; e 1,25% em operações com participantes. Na ocasião, o patrimônio era de R\$ 8,63 bilhões, e a previsão do diretor-presidente é fechar o ano em R\$ 9 bilhões. Em 2022, o número estava perto de R\$ 6,5 bilhões. Para o primeiro semestre de 2024, a expectativa é atingir R\$ 10 bilhões.

A carteira de investimento continuará sendo majoritariamente composta por títulos públicos. "Temos visão benéfica em relação a risco/ retorno [por

causa dos juros altos].

O retorno da renda fixa continua mais favorável do que ir para algo mais arriscado", disse Dias. "Em 2024 devemos reforçar presença em renda fixa e títulos públicos." A política de diversificação, no entanto, também vai abranger investimentos em títulos do Tesouro americano e ouro, cuja participação ainda é pequena no total.

Em agosto, chegou a investir em Treasuries (R\$ 27 milhões) e ouro (R\$ 7 milhões) por meio de ETFs (sigla em inglês para fundo de índice negociado em bolsa).

Para estreitar a relação com o cliente, a estratégia de Dias contempla, além de ampliar o acesso ao consignado para outros participantes do fundo, a transformação da central de atendimento em área de relacionamento, com a implantação, por exemplo, de programas de educação financeira e previdenciária.

"Queremos transformar a Funpresp em um ecossistema de proteção social", disse, acrescentando que o fundo estuda produtos associados relacionados a saúde e para até mesmo para pets.

Entre as inovações previstas está uma mudança em sistemas para que os serviços fornecidos passem a ser 100% digitais.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Funpresp quer investir em fundos imobiliários

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187748>

# Imposto sindical, regulação de apps e outras polêmicas trabalhistas de 2023

**Carlos Juliano Barros** Colunista do UOL 26/12/2023 04h00

O primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foi bastante movimentado em matérias trabalhistas - o que, evidentemente, não chega a ser uma surpresa.

No entanto, o clima de polarização política e a consolidação das correntes ideológicas de direita dificultaram os planos do governo de reverter a flexibilização trabalhista iniciada em 2017, com a reforma aprovada na gestão de Michel **Temer**.

Prova disso foram a reação ferrenha da oposição às propostas de fortalecimento financeiro dos sindicatos e o naufrágio das negociações em Brasília para regulamentar os direitos de motoristas e entregadores de aplicativos.

Mas os debates sobre legislações mais ou menos protetivas ao trabalho não elevaram a temperatura apenas no Executivo e no Legislativo. Neste ano, o cabo de guerra também se estendeu à cúpula do judiciário, numa crise sem precedentes entre a Justiça do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Confira abaixo um resumo dos principais temas trabalhistas do ano.

A maior polêmica trabalhista do ano foi, certamente, a tentativa do governo de criar um novo mecanismo de financiamento dos sindicatos. A oposição chiou e acusou a base de Lula de tentar ressuscitar o imposto sindical obrigatório, extinto com a Reforma Trabalhista de 2017.

Por outro lado, o governo argumentava que a reforma aprovada no governo Michel **Temer** havia implodido as finanças dos sindicatos da noite para o dia e desequilibrado a correlação de forças nas negociações entre empregadores e empregados.

Nesse sentido, o governo e as centrais sindicais defendiam a regulamentação da chamada "contribuição assistencial": uma espécie de comissão paga aos sindicatos, proporcional ao sucesso obtido nas negociações sobre aumento salarial.

Em abril, o STF já havia considerado constitucional a cobrança da contribuição assistencial, inclusive para

os trabalhadores não sindicalizados, desde que assegurado o "direito de oposição" - quer dizer, de recusar o desconto.

Seis meses depois, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou um projeto de lei que proíbe cobranças compulsórias por parte dos sindicatos, sem a expressa autorização do trabalhador.

Uma das principais promessas da campanha política de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano passado, a regulamentação do trabalho por aplicativos não saiu do papel.

Em maio, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou uma comissão tripartite - com representantes de empresas, trabalhadores e do próprio poder público - para tentar construir um acordo.

A ideia era apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o tema, criando regras específicas para motoristas e entregadores. Porém, ao fim de quase cinco meses de discussão, não houve consenso entre as partes. A principal divergência se deu nas discussões sobre remuneração.

No caso dos entregadores, por exemplo, as plataformas ofereciam um piso de R\$ 17 por hora "efetivamente trabalhada", remunerando apenas os minutos em corrida. Entretanto, os trabalhadores exigiam um valor de R\$ 30 e o pagamento da "hora logada" - ou seja, de todo o tempo à disposição dos aplicativos, incluindo os intervalos entre os pedidos.

Outro ponto de discórdia se deu em relação à contribuição desses trabalhadores para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Para equilibrar as contas da Previdência, o governo não abria mão de uma alíquota de 20% para as empresas e de 7,5% para os trabalhadores, descontando custos de combustível e telefonia da base de cálculo. Mas a proposta também não foi aceita pelas plataformas. O assunto está em stand-by.

Pautas trabalhistas não geraram celeuma apenas no Executivo e no Legislativo. O ano de 2023 jogou no ventilador a tensão de longa data entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Justiça do Trabalho.

Ao longo do ano, ministros da mais alta corte do país derrubaram uma série de decisões da Justiça trabalhista que apontavam fraudes na terceirização envolvendo as PJs (também conhecidas como "empresas de uma pessoa só") e a existência de vínculo empregatício entre aplicativos e motoristas e entregadores .

Segundo o decano do STF e o crítico mais virulento da Justiça do Trabalho, os magistrados trabalhistas teriam "visão distorcida" e não estariam respeitando decisões do Congresso Nacional, e do próprio Supremo, que reconhecem outras formas de trabalho para além da carteira assinada.

Na avaliação de especialistas ouvidos pela coluna, o STF na prática vem se convertendo em uma instância revisora da Justiça do Trabalho, esvaziando a competência desse ramo especializado do judiciário, definida pela Emenda Constitucional 45 de 20024.

Na prática, isso pode não só gerar uma enxurrada de recursos à mais alta corte do país, que não tem estrutura nem vocação para analisar esses pedidos, como também passar à sociedade uma mensagem de "vale-tudo" na área trabalhista.

Voltando ao governo federal, o ano também foi marcado pelo fortalecimento da fiscalização. De acordo com dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, 2.847 trabalhadores foram encontrados em condições análogas às de escravidão no Brasil, até novembro.

Algumas operações, como a que em março resultou no resgate de mais de 200 pessoas da Bahia em vinícolas renomadas da Serra Gaúcha , tiveram ampla repercussão na mídia e nas redes sociais.

Também houve um incremento no combate ao trabalho infantil . Ainda segundo dados do MTE, 2.255 crianças e adolescentes foram encontradas em atividades laborais indevidas de janeiro a novembro.

Desse total, 32% tinham até 15 anos de idade. Nove em cada dez se dedicavam a tarefas enquadradas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, a chamada Lista TIP, como a colheita de açaí ou o abate de animais em matadouros públicos.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/12/26/imposto-sindical-regulacao-de-apps-e-outras-polemicas-trabalhistas-de-2023.htm>

# Governo usa convênios para atrair evangélicos

**JENIFFER GULARTE** [jeniffer.gularte@bsb.oglobo.com.br](mailto:jeniffer.gularte@bsb.oglobo.com.br)  
BRASÍLIA -

Em nova ofensiva para tentar se aproximar do público evangélico, majoritariamente alinhado ao bolsonarismo, o governo Lula começou a treinar integrantes de igrejas para cadastrar pessoas em situação de vulnerabilidade nos programas sociais.

A iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social inclui ainda outra frente: técnicos da pasta passaram a auxiliar entidades assistenciais vinculadas às igrejas a registrar projetos para captação de recursos públicos por meio de convênios.

Integrantes das igrejas estão sendo orientados sobre os locais para onde devem encaminhar pessoas em situação de rua, com deficiência, dependentes químicos, mulheres vítimas de violência e exdetentos que buscam ajuda nos templos. No treinamento, aprendem também como incluí-las no Cadastro Único, porta de acesso a programas como Bolsa Família, Farmácia Popular, Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos.

O outro braço se estende a entidades beneficentes ligadas às igrejas que desejam ter ajuda financeira do governo federal para projetos sociais.

Com os convênios, o ministério vende a ideia de uma espécie de "cofinanciamento" para obras como instalação de cozinhas populares e centros de atendimento social.

As regras de adesão foram definidas em decreto.

A atuação é um desdobramento de um evento no qual o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, participou no Rio no fim de novembro, com 27 denominações evangélicas, quando foi celebrado um termo de cooperação.

Representantes de igrejas como a Universal e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, que apoiaram o expresidente Jair Bolsonaro, disseram não ter sido convidados.

O programa já foi levado também a Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Piauí. Dias nega haver restrições.

-A orientação é trabalhar com quem quer trabalhar. Independentemente de quem votou. As igrejas chegam onde ninguém chega. Há uma relação muito além da disputa política e do interesse eleitoral, que é a de redução da pobreza, e vamos precisar de todos os setores que possam ajudar - disse Dias ao GLOBO.

De acordo com o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já frisou a importância de abrir canais com denominações evangélicas.

-Reconhecemos a importância das igrejas. Os evangélicos podem nos ajudar orientando essas pessoas. O presidente tem chamado atenção que é preciso reconhecer que são milhões de pessoas ligadas ao povo evangélico que têm necessidades e que precisam ser apoiadas por programas sociais.

Segundo pesquisa Datafolha divulgada neste mês, a reprovação a Lula chega a 38% entre os evangélicos, enquanto fica em 28% no caso dos católicos - na média geral, 30% consideram a gestão "ruim ou péssima". Em outro evento em dezembro, Lula pediu empenho na aproximação com o segmento: -Será que estamos falando aquilo que o povo quer ouvir de nós? Ou será que temos que aprender com o povo como é que fala com eles? Como é que a gente chega aos evangélicos? - questionou.

## MELHORAR COMUNICAÇÃO

Dias já foi cobrado pelo Planalto a ampliar a comunicação dos programas sociais geridos pela pasta, que tem um dos maiores orçamentos do governo - R\$ 273 bilhões autorizados em 2023. O ministério identificou, por exemplo, que 30% dos 21 milhões de beneficiários do Bolsa Família têm direito ao Auxílio Gás e não sabem.

Na campanha de 2022, Lula chegou a lançar uma carta aos evangélicos buscando superar obstáculos no segmento, mais próximo a Bolsonaro.

Já no governo, a **Reforma Tributária**, promulgada na semana passada, também tem em seu texto um aceno aos evangélicos, ao ampliar a imunidade de **impostos** a entidades vinculadas às igrejas.

38% rejeição entre evangélicos Pesquisa Datafolha divulgada no início de dezembro apontou reprovação

mais alta do presidente Lula no segmento

28% rejeição entre católicos No recorte por religião, reprovação de Lula entre católicos é dez pontos percentuais menor do que entre evangélicos

30% rejeição geral Percentual dos entrevistados que consideram gestão Lula "ruim" ou "péssima", segundo Datafolha, considerando todos os estratos

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# À nação, Lula fala em "governo de verdade"

**Mayara Souto**

No pronunciamento que dirigiu à nação na noite de Natal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o ódio à democracia, concretizado pelos atos de 8 de janeiro, deixaram "cicatrices profundas" na sociedade.

Ele disse esperar que a nação consiga superar a polarização que se mantém há anos no país. "Meu desejo neste fim de ano é que o Brasil abraçe o Brasil", mencionou.

Durante a gravação, o presidente listou as principais realizações de seu governo.

Destacou a retomada de programas sociais, como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos e Farmácia Popular. Mencionou a ampliação de investimentos em saúde e educação, além da política de enfrentamento ao crime organizado e ao desarmamento da população.

Apesar de defender a pacificação no país, o presidente fez uma crítica indireta ao governo de Jair Bolsonaro, ao mencionar avanços em diversas áreas.

"Meus amigos e minhas amigas, o Brasil voltou a ter um governo de verdade", disse, a certa altura.

Ao detalhar a ideia de que o "Brasil voltou", Lula mencionou a retomada de uma política ambientalista, ante a emergência climática cada vez mais grave, e o retorno do país a um lugar de destaque nos principais debates internacionais.

"Recuperamos o diálogo com o mundo e a nossa credibilidade internacional.

Passamos da 12ª para a 9ª maior economia do planeta. O país voltou a ser ouvido nos mais importantes fóruns internacionais, em temas como o combate à fome, à desigualdade, a busca pela paz e o enfrentamento da emergência climática", comparou Lula.

Lula também deu destaque para a relação com o Congresso Nacional.

Mencionou a aprovação da **reforma tributária** no Congresso Nacional, que foi promulgada na última quarta-feira.

"Conseguimos um feito histórico: a aprovação da

**Reforma Tributária**, algo que se tentava há 40 anos no Brasil", comentou o presidente. "Além de estimular os investimentos e as exportações, a reforma corrige uma injustiça: agora, quem ganha mais pagará mais imposto, e quem ganha menos pagará menos", acrescentou.

Nas medidas econômicas, o chefe do Executivo também ressaltou a importância do Desenrola Brasil, que permitiu a renegociação de R\$ 29 bilhões em dívidas, de acordo com os resultados divulgados no início deste mês.

Tom incisivo

O discurso de Natal deste ano é o mais incisivo em mostrar as entregas feitas no ano, quando comparado aos dos mandatos anteriores. Em tom de conselho, em 2008, o presidente disse aos brasileiros para que consumissem com responsabilidade, sem deixar de incentivar a cadeia de vendas que gira a economia. À época, o mundo vivia uma crise financeira que ficou conhecida como "grande recessão". Lula, então, afirmava "não ter medo da crise".

Já em 2009, ele agradeceu a colaboração da população e afirmou que o país foi o último a entrar em crise e seria o primeiro a sair. No ano seguinte, em 2010, o presidente afirmou que o Brasil era uma das "economias mais sólidas e um dos mercados internos mais vigorosos do mundo". Os investimentos em petróleo, pré-sal e hidrelétricas foram os destaques daquele ano.

Em todas as falas natalinas do presidente, a mensagem de união familiar e confraternização foi reforçada, bem como neste ano. Porém, desta vez, o recado teve teor político, após os ataques aos prédios dos Três Poderes no 8 de janeiro.

"O ódio de alguns contra a democracia deixou cicatrizes profundas e dividiu o país. Desuniu famílias. Colocou em risco a democracia. Felizmente, a tentativa de golpe causou efeito contrário", disse.

Para o próximo ano, Lula demonstrou otimismo. Acredita que o país vai "superar, mais uma vez, todas as expectativas".

O presidente viaja hoje para a Restinga da Marambaia, no Rio de Janeiro, onde passará alguns dias de descanso.

A ilha é administrada pelas Forças Armadas e já foi destino de outros chefes do Executivo, como Jair Bolsonaro, Michel **Temer** e Fernando Henrique Cardoso.

A previsão é de retornar a Brasília em 3 de janeiro.

Principais trechos

Programas sociais

» » Trouxemos de volta e fortalecemos políticas sociais que mudaram o Brasil, a exemplo do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida, do Mais Médicos e da Farmácia Popular. (...) Com o Desenrola, milhões de brasileiros e brasileiras renegociaram suas dívidas com descontos de até 98%.

Medidas econômicas

» » O **PIB**, que é a soma de toda a riqueza que o país produz, cresceu acima das previsões do mercado. A **inflação** está sob controle, o preço dos combustíveis está caindo e a comida ficou mais barata. O dólar caiu e a Bolsa de Valores está batendo recordes.

» » Geramos 2 milhões de novos empregos com carteira assinada. O salário mínimo voltou a subir acima da **inflação** e mais de 80% das categorias profissionais também tiveram aumento real. Aprovamos a igualdade salarial entre homens e mulheres. Trabalho igual, salário igual.

Parceria com Congresso

» » Conseguimos um feito histórico: a aprovação da **Reforma Tributária**, algo que se tentava há 40 anos no Brasil.

» » Além de estimular os investimentos e as exportações, a reforma corrige uma injustiça: agora, quem ganha mais pagará mais imposto, e quem ganha menos pagará menos.

O Brasil no mundo

» » Recuperamos o diálogo com o mundo e a nossa credibilidade internacional.

Passamos da 12ª para a 9ª maior economia do planeta. O país voltou a ser ouvido nos mais importantes fóruns internacionais, em temas como o combate à fome, à desigualdade, a busca pela paz e o enfrentamento da emergência climática.

8 de janeiro

» » O ódio de alguns contra a democracia deixou

cicatrices profundas e dividiu o país. Desuniu famílias. Colocou em risco a democracia. Quebraram vidraças, invadiram e depredaram prédios públicos, destruíram obras de arte e objetos históricos. Felizmente, a tentativa de golpe causou efeito contrário.

Uniu todas as instituições, mobilizou partidos políticos acima das ideologias, provocou a pronta reação da sociedade. E ao final daquele triste 8 de janeiro, a democracia saiu vitoriosa e fortalecida.

União nacional

» » Meu desejo neste fim de ano é que o Brasil abrace o Brasil. Somos um mesmo povo e um só país. Vamos combater as fake news, a desinformação e os discursos de ódio. Valorizar a verdade, o diálogo entre as pessoas. Que no ano que vem sigamos unidos, caminhando juntos rumo à construção de um país cada vez mais desenvolvido, mais fraterno e mais justo para todas as famílias.

Com repatriados, crítica à guerra

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/26/all.pdf>

# Previdência explosiva é o "x" da questão - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

Enquanto as taxas médias anuais reais de crescimento dos gastos públicos previdenciários persistirem ao redor dos elevadíssimos níveis observados desde meados dos anos 2000, o resultante quadro insustentável do investimento em infraestrutura virando pó na sequência, estará na raiz da desabada do crescimento econômico em nosso país, onde o PIB aumentou à média de apenas 1,6% ao ano em 2006-21. Daí nem os empregos nem a arrecadação tributária crescerem suficientemente.

Para enfrentar o problema, primeiro, surgiu a chamada "segregação de massas" como uma possível solução de transição para a capitalização plena, envolvendo a criação de dois fundos, embora, mesmo assim, ainda restasse uma grande dificuldade por resolver, um expressivo "custo de transição", nem sempre percebido à primeira vista.

O primeiro seria um fundo capitalizado novíssimo que, além de se direcionar apenas para os que ingressassem a partir de uma determinada data de corte mais recente (ou seja, algo realmente novo), adotaria regras de benefícios próximas das que já são atualmente praticadas pela própria União (ou seja, algo que, em alguma medida, já se teria submetido a algum esforço de ajuste recente), e, também, pelo que se tem visto, algo que está sendo sempre revisto. Finalmente, ao buscar o equilíbrio atuarial do próprio plano, o gestor previdenciário respectivo defenderia a cobrança das contribuições, dos novos servidores e do empregador, que fossem capazes de equilibrar o plano respectivo, aplicando os saldos financeiros acumulados ano a ano à espera do momento de transformá-los em novos benefícios, mas não mais utilizando tais recursos para bancar as aposentadorias e pensões dos mais antigos.

Já o outro seria um fundo financeiro em repartição simples, a partir de então em extinção, em que se situariam tão somente os pagamentos de benefícios e os recebimentos de contribuições relativos às pessoas inseridas no plano em vigor até a data de corte, ou seja, sem poder mais contar com as receitas das contribuições relativas a qualquer segurado que tivesse ingressado na fase posterior a ela. Essas últimas se constituiriam em uma espécie de custo de transição da passagem de uma situação para a outra,

que teria de ser enfrentado. Só que, na sequência, por não absorver novos entrantes, esse fundo entraria gradativa e automaticamente em extinção, completando, lá na frente, o esforço de equacionamento do problema previdenciário em causa.

Em resumo, tudo se passaria como se estivesse sendo feita uma transição gradual no abandono do velho regime de repartição simples, tipicamente desequilibrado, para um novo regime capitalizado e equilibrado, que assumiria o lugar do primeiro. Só que o chamado custo dessa transição, relativamente à situação sem mudança, poderia ficar bastante elevado durante um certo período inicial, pois, repetindo o que foi dito acima, o ente público em causa teria que arcar com montantes equivalentes aos das receitas oriundas das contribuições dos servidores e das suas próprias, que migrariam para o "fundo previdenciário" e não mais seriam usadas no pagamento dos benefícios dos servidores inseridos no fundo financeiro.

Essa situação poderia ser vista pelos gestores financeiros de estados e municípios como complicada de administrar, e daí muitos que haviam aderido à segregação de massas terem desistido de aplicá-la, pois se via muito dinheiro no novo fundo, que não podia ser tocado, mas altos deficits a serem pagos do outro lado.

Diante disso, surgiu mais recentemente a ideia de se fazer uma "transferência dinâmica de vidas", do fundo antigo para o novo, de preferência os mais idosos (pois dessa forma se transferiria um volume maior de pessoas que tenderiam a viver menos gastando o mesmo), de forma a convencer os que aderissem à segregação de massas mais recentemente a que não mais a abandonassem.

Com isso, parte dos recursos financeiros acumulados no fundo receptor, então em excesso no curto prazo para poder cobrir necessidades futuras de pagamentos de benefícios desse fundo, seria redirecionada para arcar com o novo ônus, tirando-o das costas do tesouro do ente. Em adição, para evitar que faltasse dinheiro no futuro para pagar as aposentadorias dos mais jovens, e com bastante tempo para fazer isso, caberia, de forma também concomitante com a transferência de vidas, promover um aporte de ativos ao fundo capitalizado, para

reforçá-lo, e, posteriormente, quando fosse necessário, promover sua monetização.

Assim, a transição que vários passaram a **temer**, por não conhecer a integridade dos procedimentos possíveis, deixa de ser um problema crítico e passa a ser algo relativamente tranquilo de resolver.

**Notícias Relacionadas:**

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
Previdência explosiva é o "x" da questão

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/26/all.pdf>**

# Emprego deve manter alta em 2024

**Fernanda Strickland**

O mercado de trabalho brasileiro deve manter ritmo de crescimento em 2024, após o desempenho favorável dos indicadores de emprego e renda neste ano.

A perspectiva, segundo analistas, está associada à previsão de que a economia continuará avançando e à expectativa de afrouxamento da política monetária. Para os analistas, mesmo com a esperada desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**), as contratações devem continuar no campo positivo. Neste ano, o **PIB** deve avançar 3%, e as projeções para o próximo ano variam entre 1,5% e 2%.

Para o economista, doutor em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, na ausência de choques inesperados, o mercado de trabalho deve permanecer aquecido. "Há um movimento de afrouxamento da política monetária em curso, que deve permanecer até meados do próximo ano. Entretanto, dado que o desemprego já caiu bastante nos últimos anos, as melhoras esperadas para 2024 na redução do desemprego devem ocorrer num ritmo um pouco mais lento", afirmou.

Sobre a projeção de uma desaceleração do **PIB**, Benito explicou que ainda é preciso ver se de fato, acontecerá. "A experiência recente demonstrou que as expectativas estimadas no começo do ano, no geral, se frustram. O desempenho da economia brasileira nos últimos anos foi bem melhor do que as expectativas do final do ano anterior apontavam", frisou.

Segundo César Bergo, professor de mercado financeiro da UnB e conselheiro do Corecon-DF, o mercado do trabalho brasileiro mostrou uma trajetória de dinamismo grande em 2023, com a criação de quase 1,8 milhão de vagas formais, com carteira assinada, apenas de janeiro a outubro, segundo os dados do Ministério do Trabalho. Na próxima quinta-feira, deverão ser divulgados os dados de novembro, que devem confirmar a tendência.

"Esse cenário nos leva a crer que 2024 ainda será melhor", disse Bergo.

"Observamos que houve uma expansão da população ocupada, que o desemprego vem caindo de forma generalizada, abrangendo, praticamente, todos os setores da economia.

Obviamente, a indústria ainda ficou devendo, mas os setores de serviços, comércio e agronegócios recuperaram com muita margem a oferta de emprego", explicou.

## Tecnologia

De acordo com Bergo, alguns setores demonstram muita força para crescimento no próximo ano. "Sobretudo o setor de saúde", afirmou. O economista também ressalta que há expectativa de crescimento nas áreas de tecnologia, especialmente de comunicações. "Ainda mais em função do crescimento das demandas por serviços on-line do e-commerce", disse.

Bergo ressaltou que a busca por profissionais qualificados será a tônica do mercado de trabalho em 2024.

"Sobretudo em razão do avanço da tecnologia, com a forte presença da inteligência artificial, que vai ter impacto em diversos setores, como o de informação e comunicações. O setor financeiro também deve ganhar bastante com a introdução da inteligência artificial", pontuou.

O economista destaca também o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Ele implica retomada de obras, o que vai aumentar a oferta de emprego, principalmente, no que diz respeito às parcerias público-privadas em diversos projetos, como estradas, infraestrutura, hospitais, escolas, retomada de obras paradas. Então, acreditamos que, em 2024, vai continuar ocorrendo uma queda gradual do desemprego", ressaltou.

## Faltam profissionais qualificados

O Índice de Confiança Robert Half (ICRH), estudo trimestral que monitora o mercado de trabalho e a economia, aponta que 78% dos recrutadores de empresas sinalizam dificuldades na contratação de profissionais qualificados. Segundo o levantamento, produzido pela empresa de consultoria em recursos humanos de mesmo nome, 67% dos recrutadores acreditam que o cenário não deve mudar nos próximos seis meses, enquanto 25% creem que ficará ainda mais desafiador, o que representa um aumento de 5 pontos percentuais na comparação com a última edição do índice, lançada em setembro.

Em paralelo, as empresas podem enfrentar dificuldades para reter a mão de obra mais qualificada. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, revelam que os desligamentos a pedido do colaborador corresponderam a 40% do total de demissões no terceiro trimestre deste ano. Isso ocorre porque o baixo nível de desemprego - próximos a 3% para esse tipo de profissional - dão maior grau de liberdade aos profissionais para escolher onde querem trabalhar.

#### Aprimoramento

Apesar do cenário favorável, os profissionais, mesmo os mais qualificados, não podem descuidar da sua formação. "O mercado exige uma postura de constante aprimoramento.

Em um mercado onde a competição por talentos é acirrada, investir em qualificação, atualização constante e habilidades diferenciadas é essencial", destaca Fernando Mantovani, diretor-geral da Robert Half para a América do Sul. (FS)

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/26/all.pdf>**

# Mercado tem previsão otimista para 2024

**STÉFANI RIGAMONTI**

A Bolsa de Valores deve seguir embalada pela queda de juros no Brasil e nos Estados Unidos em 2024. Mesmo com incertezas no radar, bancos e casas de análises encerram o ano mais otimistas do que iniciaram e projetam o Ibovespa acima dos 140 mil pontos.

"Começou 2023 com incertezas sobre meta de **inflação**, implementação do arcabouço fiscal, incerteza sobre as medidas de receita. E está terminando com um Produto Interno Bruto (**PIB**) bem acima do esperado", ressalta o chefe de economia no Brasil e estratégias para América Latina do Bank of America, David Beker.

Ele afirma que, embora a questão fiscal ainda seja um problema estrutural que desperta preocupação, a equipe do ministro Fernando Haddad (PT) entregou um resultado razoável. Além disso, quando a situação fiscal interna é comparada à de outros países, o Brasil não está em posição ruim, ressalta.

Segundo o economista, o banco voltará a olhar com mais atenção para o varejo, após ter se posicionado de forma pessimista em 2023.

Para Beker, esse deve ser o grande destaque da Bolsa em 2024, já que o setor está muito endividado, e juros mais baixos trazem melhora para as margens das empresas. Os preços atuais das ações do setor, inclusive, já começam a apontar para essa recuperação, comenta.

O Bank of America espera que o Ibovespa alcance 145 mil pontos em 2024. Beker diz que o divisor de águas deve ocorrer quando a taxa básica de juros cair abaixo de 10%. Em média, o mercado espera que a taxa Selic encerre o atual ciclo de corte de juros em 2024, a 9,5% ao ano.

Juros

"Se fomos bem neste ano com alta de juros nos EUA, imagine com corte de juros. Se a **inflação** americana convergir, e o Fed começar a cortar juros lá para março ou abril, o cenário no Brasil será muito melhor", afirma Paulo Gala, economista-chefe do banco Master. Ele acredita que o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo deve ultrapassar os 140 mil pontos.

Gestor de renda variável do banco europeu BNP Paribas no Brasil, Marcos Kawakami salienta a importância do cenário macroeconômico, de juros e **inflação** baixos, e de crescimento econômico, para as ações das empresas listadas na Bolsa: "Se tivermos uma atividade resiliente e **inflação** e juros para baixo, podemos esperar lucros melhores para o ano que vem". OBNP Paribas calcula que o Ibovespa alcance cerca de 149 mil pontos em 2024.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/12/2023/p1>

# Haddad e a quadratura do círculo (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem boas razões para comemorar o ano que passou. Em um governo de esquerda liderado por um presidente abertamente avesso à responsabilidade fiscal, o ministro conseguiu avanços importantes em sua agenda econômica, que não teriam sido possíveis sem muita negociação com o Congresso.

O Orçamento impôs, antes mesmo da posse, um enorme desafio ao ministro.

A emenda constitucional da transição impulsionou gastos em um nível muito acima do necessário para recompor a verba das políticas públicas devastadas por anos de bolsonarismo. Dar fim ao desmoralizado teto de gastos e propor um novo arcabouço fiscal em seu lugar foi a primeira de suas tarefas, e, para isso, precisou vencer a resistência de seu próprio partido e do presidente Lula da Silva para impor uma nova âncora, ainda que frouxa.

Aos trancos e barrancos e sob muito ceticismo, o ministro conseguiu apoio para as medidas que podem ampliar a arrecadação no ano que vem por meio da taxação dos fundos exclusivos e offshore, apostas esportivas e a regulamentação das subvenções de ICMS. E, depois de décadas de debates e uma enorme dificuldade para formar um consenso mínimo, a **reforma tributária** sobre o consumo foi finalmente aprovada pelo Congresso.

Pode-se argumentar que a nova âncora não é firme o suficiente para reequilibrar as contas públicas e conter a trajetória de crescimento da dívida pública.

Enfraquecidas ao longo da tramitação legislativa, as medidas de reforço de arrecadação definitivamente não alcançarão as ambiciosas metas calculadas pela equipe econômica. Os tratamentos privilegiados que a reforma manteve ou criou trouxeram dúvidas sobre a alíquota final do novo imposto. Muita gente não está convencida do potencial que a **reforma tributária** pode gerar em termos de eficiência e produtividade da economia.

Porém, com exceção da desoneração da folha de pagamento, apoiada por boa parte do **PIB** nacional e do Congresso, o ministro soube escolher bem as batalhas em que entrou. É fato que cada uma delas saiu cara em termos de emendas e cargos, mas foi um custo que o ministro - e, por óbvio, o próprio presidente Lula da Silva - aceitou pagar para construir a credibilidade da política econômica do governo.

Felizmente, a economia também conseguiu andar com as próprias pernas.

O desempenho do agronegócio deve garantir um crescimento de 3% ao Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, o Banco Central (BC) tem vencido a resistência da **inflação** pós-pandemia e o desemprego segue em patamares historicamente baixos.

No exterior, os conflitos entre Rússia e Ucrânia e Israel e Hamas continuarão a dominar o cenário internacional, bem como as incertezas sobre a economia nos Estados Unidos, Europa e China. O Brasil, no entanto, tornou a ser visto como um porto seguro para investidores, sobretudo depois que voltou a se comprometer com o avanço da agenda ambiental e o combate ao desmatamento.

Há riscos a serem enfrentados no ano que vem. Os sinais de desaceleração da economia têm encorajado os defensores do gasto público a retomar a carga por medidas do passado, a reeditar tentativas de driblar a regra fiscal e a apostar em estatais como motor de desenvolvimento.

As eleições municipais são sempre um estímulo adicional para a aprovação de gastos sem qualidade.

Caberá ao ministro usufruir da legitimidade que o Congresso lhe deu para seguir em frente, ajudar a regulamentar a **reforma tributária** e suas leis complementares e enviar a segunda etapa da proposta, sobre a renda. Seu maior teste será em março, quando o governo terá de tomar uma decisão sobre a meta de déficit zero em 2024.

Há, no entanto, uma lição a ser tirada deste ano. Quanto maior o alinhamento com o Congresso, maior a chance de a agenda econômica do ministro avançar.

Se Haddad não levou tudo o que queria, o saldo final dessas negociações foi positivo para a sociedade. Espera-se, portanto, que o ministro tenha sabedoria para fazer boas escolhas, dividir o mérito delas com o Legislativo e, apesar do boicote petista e da ambiguidade de Lula, resistir no caminho da responsabilidade fiscal.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Centrão ganha orçamento paralelo de investimentos (Editorial)

O orçamento da União de 2024 será lembrado não só como o que marcou a estreia de um novo regime fiscal, mas também como aquele em que o Congresso fez os maiores progressos em se apropriar de uma fatia recorde dele. Os recursos dirigidos a emendas parlamentares aumentaram para R\$ 53 bilhões, praticamente se equiparando ao total de investimentos do governo federal com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Haverá o que nunca antes houve: um calendário para que a União libere as verbas das emendas, cujo limite é o primeiro semestre do ano. O objetivo é liberar o dinheiro a tempo para que os deputados e senadores beneficiem seus candidatos a prefeito e vereador nas eleições de 2024.

Dependente do Centrão, o governo Lula cedeu aos desejos do Congresso, mas diminuiu o prejuízo político, ao evitar a redução de R\$ 17 bilhões que os parlamentares queriam fazer nas dotações do PAC. Foram feitos cortes de R\$ 6,5 bilhões no PAC para manter o total de emendas de R\$ 53 bilhões, mas o governo teve de fazer cortes nas verbas de ministérios sob comando do PT para chegar à conta exigida pelo Congresso.

Nela também entrou a redução no valor do salário mínimo - de R\$ 1.421 para R\$ 1.412 - decorrente de **inflação** pelo INPC menor do que a prevista, o que gerou uma folga de R\$ 6,5 bilhões. Os investimentos do PAC serão de R\$ 54 bilhões.

Assim criou-se quase que um orçamento paralelo de investimentos - o planejado pela União, um pouco mais de R\$ 1 bilhão acima daquele que será destinado a obras indicadas por deputados e senadores, que não guardam sintonia com as prioridades nacionais estabelecidas pelo governo federal. O governo tentou ainda convencer os parlamentares a, em troca do aumento dos recursos para emendas, que pelo menos elas fossem destinadas aos projetos do PAC. A oferta foi explicitamente rejeitada e o jeito foi cortar o PAC e outras rubricas, como o Minha Casa Minha Vida, que perdeu R\$ 4,1 bilhões, com dotação de R\$ 8,9 bilhões.

Além da data para a liberação do dinheiro das emendas, que nunca havia sido estabelecida, os parlamentares colocaram mais limites para restringir a ação do Executivo.

Passaram por cima da necessidade de enviar ao

ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a lista de obras com as respectivas verbas a serem encaminhadas aos ministérios responsáveis. As demandas agora irão diretamente aos ministérios, sem intermediários.

Além disso, o governo não poderá contingenciar o dinheiro das emendas. Caso haja necessidade de fazê-lo, terá de solicitar a concordância do autor da emenda e compensá-lo em outras obras por ele indicadas, reduzindo recursos de outros itens do orçamento.

A ação do Centrão mira antes de tudo resultados eleitorais. Partidos como PL, PP, PSD e Republicanos estão entre os que mais cresceram na representação no Congresso e querem maiores bancadas nas eleições de 2026. Um dos caminhos para isso é fortalecer suas bases municipais no pleito de 2024, para o qual pretendem despejar uma quantia desmesurada de recursos. O fundo eleitoral foi ampliado para R\$ 4,9 bilhões, valor igual ao utilizado em 2022 nas eleições para governadores, deputados, senadores e presidente, e mais do que o dobro do R\$ 1,9 bilhão destinado nas eleições municipais de 2020.

A ampliação é um despropósito. Os colégios eleitorais de disputa para prefeitos e vereador são muito menores, apesar do número superior de candidatos. Os gastos são maiores nas grandes cidades e capitais, mas no Brasil 91,9% dos 5.570 municípios têm menos de 50 mil eleitores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, foi contra o aumento dos recursos, defendendo que o valor autorizado nas últimas eleições municipais fosse corrigido pela **inflação**, resultando em algo em torno de R\$ 2,7 bilhões. Foi derrotado pela aliança entre o PT e o PL bolsonarista, que serão os principais beneficiados pelo aumento das verbas eleitorais, das quais R\$ 4 bilhões serão provenientes das emendas de bancadas estaduais. O PL terá a maior quantia, e o PT, a segunda maior.

As cúpulas partidárias sairão ainda mais fortalecidas depois dessa injeção de dinheiro da qual terão papel decisivo na distribuição. As emendas PIX, que irão direto para prefeitos sem que haja destinação específica para o recurso, de baixa transparência, subirão em 2024 a R\$ 8 bilhões. Os partidos do Centrão tiveram também aumento da dotação dos

ministérios que comandam. O dos Esportes, dirigido por André Fufuca (PP-MA), entrou no Projeto de LDO com R\$ 607,7 milhões e sai da Comissão Mista de Orçamento do Congresso com o quádruplo, R\$ 2,55 bilhões. O do Turismo, com Celso Sabino (União-PA) pulou de R\$ 270 milhões para R\$ 2,3 bilhões.

A disputa por uma fatia menor do que 10% do orçamento, a dos gastos discricionários, resultou em perda para o Executivo, que deixa progressivamente de contar com instrumentos políticos para obter consensos e uma base parlamentar estável. Mesmo assim, é possível e desejável que o governo se esforce para chegar o mais perto possível da meta de déficit fiscal zero, o que permitirá que os juros caem mais e mais rápido e os investimentos avancem.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231222/>

# Com juros em queda, analistas esperam mais ganhos para o Ibovespa em 2024

**Augusto Decker e Matheus Prado De São Paulo**

O rali das últimas semanas, que levou o Ibovespa para suas máximas históricas, com ganhos anuais acumulados de 20,98%, deve continuar em 2024, projetam bancos e corretoras consultados pelo Valor. E, em um cenário de queda de juros e desalavancagem de balanços, participantes do mercado esperam que empresas sensíveis às taxas e à atividade local liderem os ganhos do índice no ano após um 2023 ruim. Os grandes riscos na outra direção são externos, caso a economia americana desacelere demais ou se mantenha resiliente por mais tempo que o previsto.

Para o fim de 2024, a média das projeções de 22 instituições financeiras estima que o índice chegue a 144,2 mil pontos - alta de 8,65% em relação ao fechamento de sexta-feira, 22 de dezembro, de 132.751 pontos. Já a mediana das estimativas é de 142,6 mil pontos, uma alta de 7,41%. As projeções variam de 122 mil pontos (o Goldman Sachs espera que o índice recue na janela) até 160 mil pontos. A título de comparação, com a Selic no nível atual - de 11,75% -, um investimento com rendimento de 104% do CDI terá rentabilidade líquida de cerca de 9% em um ano.

Responsável pela projeção mais otimista da pesquisa, de 160 mil pontos, o Santander espera que os ganhos da bolsa sejam permitidos pelo aprofundamento do ciclo de flexibilização monetária no Brasil, que na sua visão levará a Selic ao patamar de 9,5%.

O banco também projeta que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) começará a cortar os juros nos EUA em um ciclo que se iniciará em meio ao "pouso suave" da maior economia do mundo - o banco projeta 60% de chances para esse cenário.

A chefe da área de pesquisa e estratégia de ações do Santander Brasil, Aline Cardoso, diz que o mercado espera que o Fed comece a cortar juros em março, o que parece cedo na visão do banco, mas acredita que o ciclo será, sim, iniciado em 2024. Isso, somado ao já iniciado movimento do BC brasileiro, será o impulso macro por trás dos ganhos da bolsa local. "E, se a **inflação** ou a atividade americanas surpreenderem para baixo, o mercado tende a pedir ainda mais cortes, permitindo ganhos extras", diz.

"As empresas domésticas devem assumir posição de destaque.

Elas ainda têm se queixado de impactos da desaceleração da economia nos negócios, é verdade, mas têm citado cada vez menos os efeitos da **inflação**. Esperamos que os lucros do Ibovespa cresçam 15% em 2024 e a queda das despesas financeiras deve ser primordial para isso", afirma.

A Guide Investimentos, que tem projeção de 155 mil pontos para o referencial em 2024, corrobora a expectativa de melhora nos lucros e enxerga ainda a possibilidade de expansão dos múltiplos das ações. A relação preço/ lucro (P/L) do Ibovespa segue próxima dos menores níveis da história, entende a corretora.

Apesar da alta recente do Ibovespa, o chefe de pesquisa da Guide, Fernando Siqueira, calcula que o P/L do índice está em aproximadamente 8 vezes o lucro, ante uma média histórica de 11 vezes.

"Acreditamos que, com a queda dos juros, essa relação aumenta." Com projeção de 143,3 mil pontos, Frederico Nobre, líder da área de análise da Warren Investimentos, tem visão semelhante. "Na nossa projeção, consideramos basicamente uma regressão à média, nada tão otimista. Se voltarmos para uma mediana histórica de múltiplos, teríamos facilmente esse nível de valorização que projetamos sem necessariamente uma melhora nos resultados. Com a projeção de resultados melhores e uma regressão à média dos múltiplos, o Ibovespa pode até superar nossa estimativa", defende.

A última pesquisa realizada pelo Valor, em julho e com 21 casas, subestimou os ganhos do principal referencial acionário local no segundo semestre. À época, a média apontava para um patamar de 126,7 mil pontos ao fim de 2023, 4,77% abaixo do nível atual, enquanto a mediana ficou em 128 mil pontos, desconto de 3,71%.

Outro ponto citado por analistas é a participação dos três maiores grupos de investidores da bolsa brasileira - pessoas físicas, institucionais locais e estrangeiros - e como o fluxo para a renda variável local pode influenciar o desempenho do índice.

Com saldo anual de aportes de R\$ 41,41 bilhões até 20 de dezembro, o investidor estrangeiro voltou a "carregar" a bolsa. E, segundo Cardoso, do Santander, a categoria segue otimista.

"Mas não acreditamos que continuará no ritmo que alcançou no fim deste ano, tende a ser algo mais gradual. O fluxo deve vir principalmente dos multimercados.

Mapeamos as últimas cartas de gestão das 15 maiores gestoras do Brasil e notamos que as casas ficaram mais otimistas com a bolsa em novembro, mas seguem com exposição abaixo do neutro. Acreditamos em aceleração do movimento com a queda da Selic", diz.

Siqueira, da Guide, acrescenta que a queda dos juros ainda teve pouco impacto no fluxo, com entrada limitada de recursos nos fundos de ações e multimercados. "Essa situação deve mudar em 2024, particularmente com a redução da Selic para níveis abaixo de 10%, o que deve ocorrer em junho." O estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, opina de forma complementar que o cenário de juros mais baixos vai criar incômodo para o investidor pessoa física que é arrojado e não está em renda variável.

"O Ibovespa já deve bater o CDI este ano, e ano que vem a renda variável tende a ficar ainda mais atrativa", avalia, ao destacar que a pessoa física não fez aportes tão grandes na B3 em 2023. O grupo tinha saldo anual positivo de R\$ 2,21 bilhões até o dia 20, enquanto os institucionais locais sacaram R\$ 63,32 bilhões.

Com projeção de 135 mil pontos para o índice, Cruz entende que o principal risco negativo para a bolsa vem de choques inesperados que obriguem os bancos centrais - em especial o Fed - a manterem os juros altos por mais tempo. Após a última reunião do Fed neste ano, o presidente da autarquia, Jerome Powell, deu sinais mais suaves, que causaram antecipações nas expectativas para o início dos cortes dos juros nos Estados Unidos e impulsionaram o Ibovespa.

Caso a postura do Fed volte a ser mais dura, haverá reversão. Na outra ponta, a ocorrência de uma recessão nos EUA poderia fazer com que os juros caíssem sem apoiar os demais ativos de risco.

A China também está no radar, aponta Nobre, da Warren, que entende haver dúvidas sobre como o país asiático vai financiar o crescimento em meio à crise do setor imobiliário. Ele não espera uma recessão, mas o ritmo de crescimento pode ser menor. "Isso impacta principalmente as commodities." Localmente, Cardoso, do Santander, cita riscos de derrapagem fiscal se

alguns ganhos recentes de receitas se revelarem temporários; em caso de uma postura mais expansionista do governo pelo lado da despesa; e caso haja maior perda de credibilidade no processo de consolidação e ancoragem fiscal, causando a deterioração das condições financeiras vigentes.

Nobre, da Warren, complementa que, se houver desrespeito ao arcabouço e mudança de meta fiscal, haverá perda de credibilidade e impactos no câmbio, afirma. "E, com o câmbio mais depreciado, naturalmente temos uma mudança nas expectativas de **inflação** e isso pode fazer diferença no ciclo de afrouxamento monetário, o que impactaria ativos de risco", alerta.

"Não acreditamos que [o fluxo estrangeiro] continuará no ritmo que alcançou no fim deste ano" Aline Cardoso

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187748>